



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

EDUARDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

**APOSENTADOS SOTEROPOLITANOS E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS
DURANTE A APOSENTADORIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA IDENTIDADE**

SALVADOR

2017

EDUARDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

**APOSENTADOS SOTEROPOLITANOS E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS
DURANTE A APOSENTADORIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA IDENTIDADE**

Trabalho de conclusão de curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Antônio Ricardo Dantas Caffé

SALVADOR

2017

Ribeiro, Eduardo de Oliveira

R484 Aposentados soteropolitanos e as dificuldades enfrentadas durante a aposentadoria: uma análise sob a ótica da identidade / Eduardo de Oliveira Ribeiro. - Salvador, 2017
60f. il tab.

Trabalho de conclusão (Graduação em Economia) - Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2017

Orientador: Prof. Dr. Antônio Ricardo Dantas Caffé

1. Aposentadoria - 2. Aposentados - Salvador. 3. Economia I. Caffé, Antonio Ricardo Dantas III. Universidade Federal da Bahia

CDD 330.10981

EDUARDO DE OLIVEIRA RIBEIRO

APOSENTADOS SOTEROPOLITANOS E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS DURANTE A APOSENTADORIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA IDENTIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em 24 de Agosto de 2017

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antônio Ricardo Dantas Caffé – Orientador
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata
Universidade Federal da Bahia

Profa. Dra. Cláudia Sá Malbouisson Andrade
Universidade Federal da Bahia

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela I – Nível de renda dos aposentados	30
Gráfico I – Nível de escolaridade dos aposentados	30
Gráfico II – Situação financeira dos aposentados	31
Gráfico III – Conhecimento na área financeira	32
Gráfico IV – Poupança visando a aposentadoria	33
Gráfico V – Início da preocupação com a aposentadoria	34
Gráfico VI – Conhecimento financeiro traz uma aposentadoria mais tranquila	35
Gráfico VII – Atividade profissional visando aumento de renda	35
Gráfico VIII – Trabalho como representação do indivíduo	36
Gráfico IX – Valorização da sociedade ao aposentado	37
Gráfico X – Suporte do Estado ao aposentado	38
Gráfico XI – Volta ao trabalho para se inserir socialmente	38
Gráfico XII – Principal motivação para o retorno ao trabalho	39
Gráfico XIII – Maior problema enfrentado na aposentadoria	40
Gráfico XIV – Melhores maneiras para reduzir os problemas enfrentados na aposentadoria	41

RESUMO

Os aposentados são parte extremamente relevante na nossa sociedade atual. Eles consomem, investem, e, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), no início de 2011 eles eram os responsáveis pelo sustento de 40% dos lares baianos, o que nos dá uma noção da relevância socioeconômica que este nicho da sociedade possui. Aposentar-se significa, essencialmente, o fim de um vínculo de trabalho regular. Entretanto, cada indivíduo enfrenta o processo de envelhecimento e chegada da aposentadoria de uma maneira diferente, pois este leva em conta os diversos fatores culturais aos quais ele está submetido, fatores pessoais relativos à bagagem que o agente traz das suas experiências de vida, além de fatores como a condição social e econômica na qual ele está inserido. Por conta disso, percebe-se que uma parcela considerável de indivíduos enfrenta grandes adversidades na aposentadoria e isso tem trazido sérias consequências, como o fenômeno dos aposentados que procuram no mercado informal uma sequência para sua vida profissional, seja como forma de compensar a queda da renda ou como forma de se reinserir socialmente. Este artigo, então, se propõe a analisar estas dificuldades e identificar suas origens, do ponto de vista financeiro e da psicologia econômica.

Palavras-chave: Aposentadoria. Aposentados soteropolitanos. Envelhecimento. Comportamento. Mudança. Psicologia Econômica. Tomada de decisão. Dificuldades. Economia Comportamental.

ABSTRACT

Retirees are an extremely relevant part of our current society. They consume, invest and, according to the survey "Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)", in early 2011 they were responsible for the livelihood of 40% of households in Bahia, which gives us a notion of the socioeconomic relevance of this niche of society. Retirement essentially means the end of a regular work bond. However, each individual faces the process of aging and the arrival of retirement in a different way, since this takes into account the various cultural factors to which he is subjected, personal factors related to the baggage that the agent brings from his life experiences, besides factors such as the social and economic condition in which it is inserted. For that reason, it can be seen that a considerable number of individuals face great adversities in retirement, and this has had serious consequences, such as the phenomenon of those who seek informal employment as a sequence for their professional life, or as a form of compensate for the fall in income or as a way of reinserting itself socially. This article then proposes to analyze these difficulties and identify their origins, from both a financial point of view and a psychological point of view.

Keywords: Retirement. Soteropolitan retirees. Aging. Behavior. Change. Economic Psychology. Decision making. Difficulty. Behavioral Economics.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1	A TEORIA ECONÔMICA TRADICIONAL	11
2.1.1	Herbert Simon e a racionalidade limitada	12
2.2	VISÕES ALTERNATIVAS: ECONOMIA COMPORTAMENTAL E PSICOLOGIA ECONÔMICA	13
2.2.1	A importância do emprego	16
2.2.2	A necessidade de planejar a aposentadoria	19
2.2.3	As dificuldades enfrentadas na aposentadoria	21
2.3	O CONCEITO DE IDENTIDADE	24
3	ANÁLISE DOS DADOS	28
3.1	METODOLOGIA	28
3.2	AMOSTRA	29
3.3	ENQUADRAMENTO DOS APOSENTADOS	31
3.3.1	Questões acerca do aspecto financeiro	31
3.3.2	Questões acerca do aspecto social	36
3.3.3	Questões acerca das dificuldades enfrentadas na aposentadoria	39
3.3.4	Testemunho de um caso emblemático	42
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	49
	APÊNDICES	53

1 INTRODUÇÃO

Os aposentados são parte extremamente relevante na nossa sociedade atual. Eles consomem, investem, e, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), no início de 2011 eles eram os responsáveis pelo sustento de 40% dos lares baianos, o que nos dá uma noção da relevância socioeconômica que este nicho da sociedade possui.

A trajetória profissional padrão até a aposentadoria por tempo de contribuição no Brasil dura pelo menos 30 anos para as mulheres e, no mínimo, 35 anos para os homens. Quem inicia a vida profissional e a contribuição logo aos 18 anos, portanto, pode chegar à supostamente tão sonhada aposentadoria com uma idade entre 50 e 60 anos. Ainda assim, em 2011, 27% dos baianos aposentados pela previdência social continuavam trabalhando (IBGE, 2011). Este cenário desperta grande curiosidade: partindo do pressuposto que a aposentadoria é uma fase bastante desejada pelos indivíduos, por que então parte tão significativa dos agentes que atingem os requisitos necessários para a aposentadoria segue trabalhando? É possível pensar, dessa maneira, que devem haver, portanto, fatores comuns a esses indivíduos que geram dificuldades nessa fase da vida.

Como forma de buscar uma melhor compreensão desse problema, necessita-se definir o conceito de aposentadoria, compreender o porquê de esta fase da vida ser um fator gerador de ansiedade para muitos indivíduos e evidenciar a situação destes, com as diversas dificuldades enfrentadas ao chegarem nesse momento da vida, além das implicações sociais e psicológicas de ser um aposentado em nossa sociedade.

A aposentadoria, definida por Cerbasi (2014) como o fim do vínculo tradicional de trabalho e por Bruns e Abreu (1997) como fase de afastamento da rotina de trabalho, representa uma grande mudança na vida do indivíduo, e segundo Rodrigues *et al.* (2005), influencia a sua identidade, a maneira dele se relacionar enquanto ser individual para com o sistema econômico-social. Três fatores se destacam como preponderantes nas grandes mudanças enfrentadas pelo agente econômico a partir do momento em que este se aposenta: a falta de planejamento do brasileiro, expos-

ta por França (1999) e por Menezes, França e Siqueira (2012); a queda do nível de renda familiar com a perda de alguns direitos trabalhistas complementares ao salário, o que pode levar o aposentado a buscar atividades para complementar a renda e, finalmente, o afastamento do aposentado do seio da sociedade, advindo da sobrevalorização do emprego como representação do seu papel social (FONTOURA; DOLL; OLIVEIRA, 2015), além da degradação da aparência física, da saúde e do desempenho ao realizar determinadas tarefas, que podem reforçar preconceitos acerca dos aposentados.

Em Salvador, não é incomum encontrarmos aposentados que ainda desenvolvem alguma atividade profissional, o que pode trazer grande inquietação para quem observa. Apesar do processo de envelhecimento e chegada da fase da aposentadoria ser encarado de maneira diferente por cada um, por conta das diferenças culturais, sociais, econômicas e psicológicas dos indivíduos (RODRIGUES *et al.*, 2005), é possível imaginar que existam razões comuns para as dificuldades observadas.

A maior parte dos aposentados brasileiros se encontra nessa condição por tempo de contribuição ou pela idade. (INSS, 2015) É pressuposto, portanto, que eles se encontram, após anos a fio de vida e trabalho duro, numa fase da vida voltada para o descanso, para o aproveitamento dos recursos financeiros que o trabalho de uma vida lhes trouxe. Ao observarmos a realidade, entretanto, não é esse cenário que percebemos. Os aposentados, que, segundo Rodrigues (2005) são costumeiramente preteridos socialmente, têm enfrentado sérias dificuldades financeiras e psicológicas. Como o mercado de trabalho formal brasileiro, e no que tange o projeto de pesquisa, o soteropolitano, não costuma absorver esse tipo mão de obra, eles encontram no mercado informal uma alternativa para voltar a trabalhar (COCKELL, 2014), seja por motivos de ordem financeira, social ou psicológica. Esta análise se propõe, portanto, a investigar esse e outros fenômenos relacionados à transição para a aposentadoria, e suas origens, de maneira a sugerir possibilidades de solução para a redução desse quadro. Nesse sentido, o trabalho se justifica pela necessidade de um olhar mais cuidadoso sobre esse nicho da sociedade, que já sofre com o sentimento de inutilidade e exclusão social (RODRIGUES, 2005). Uma maior valorização dos aposentados pode, inclusive, ser um meio de diminuir as dificuldades causadoras do fenômeno estudado. Em função dos fatos expostos acima, o objetivo do tra-

balho é esclarecer as causas dessas dificuldades enfrentadas pelos aposentados, de maneira a fundamentar uma sugestão de política para que se reduza esse fenômeno. Com este propósito, o trabalho consta, além desta introdução, de outros dois capítulos e das considerações finais.

Na primeira parte, é tratado o referencial teórico, que apresenta a teoria econômica *mainstream* e busca mostrar, através da crítica de autores diversos, a insuficiência dela para esta análise. A partir daí, são apresentadas novas teorias econômicas, com análises mais completas e mais aderentes acerca do problema apresentado, como a Psicologia Econômica e a Economia Comportamental. Além disso, são apresentadas explicações sobre a importância do emprego para o indivíduo social, a necessidade de planejamento da aposentadoria e sobre as dificuldades comumente enfrentadas no período de aposentadoria. Posteriormente, é apresentado o conceito de identidade, que engloba muitos dos fatores tratados na análise, sendo de central importância para tal.

Na segunda parte, são apresentados os resultados de uma pesquisa junto aos aposentados, que busca, através da aplicação de questionários *survey*, relacionar e mensurar os problemas descritos no referencial teórico à situação real dos aposentados de Salvador. Além disso, é apresentado o testemunho de um caso emblemático de aposentado, proveniente de uma das maiores instituições financeiras do Brasil.

Finalmente, nas considerações finais, são sugeridas maneiras de reduzir o quadro de dificuldades enfrentadas pelos aposentados, relacionando os dados da pesquisa ao referencial teórico e através de propostas de políticas públicas que contribuam para isso. Além disso, é recomendada a continuidade de pesquisas nesse campo, uma vez que uma das causas de problemas em relação aos aposentados é justamente o sentimento de exclusão de atividades na sociedade pela idade avançada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A TEORIA ECONÔMICA TRADICIONAL

A teoria econômica *mainstream*, atualmente dominante no estudo das ciências econômicas ao redor do mundo, é a teoria Neoclássica. Essa teoria, bastante apoiada na matemática, procura descomplicar e racionalizar ao máximo a realidade, de maneira a poder representá-la e analisá-la por meio de gráficos, equações, números e operações. Para isso, a teoria carrega consigo diversos pressupostos simplificadores, como uma enorme capacidade de cálculo, de obtenção e comparação de informações, naturalmente encontradas nos agentes econômicos. Como forma de permitir e simplificar as análises econômicas de caráter matemático e quantitativo, os economistas neoclássicos buscaram desde o início afastar o agente econômico de qualquer subjetividade que não pudesse ser encaixada em seus modelos, como é o caso do aspecto psicológico do homem (AUGUSTO, 2016).

Desse modo, em linha com essa teoria, o agente econômico basearia todas as suas decisões no egoísmo, simplesmente como forma de satisfazer as suas necessidades. Essa maneira de agir, como forma idealizada para os modelos de análise de comportamento, traz consigo o conceito de preferência, que seria o meio pelo qual o ser humano compara, utilizando a sua suposta grande capacidade de processar informações e comparar dados, qualitativamente suas opções de escolha para que possa, como idealizado, maximizar a utilidade de sua decisão.

Muito embora essa teoria seja uma das mais tradicionais utilizadas no estudo das ciências econômicas, ela gera grandes limitações ao reduzir o agente econômico a um simples ser maximizador de utilidade que sempre decide através da preferência e da utilidade da decisão.

O afastamento do ser humano das suas emoções e dos fatores psicológicos é a grande marca da teoria neoclássica, que teve em suas referências economistas como Stuart Mill e Adam Smith e tem origem no positivismo. (SANTOS, 2013)

Apesar de serem geradores de limitações para a análise da realidade observada, os pressupostos simplificadores da teoria econômica tradicional foram de extrema utilidade para a modelagem do agente econômico em suas análises genéricas, como fica claro em:

Tradicionalmente a economia, por meio da tradição neoclássica, procurou modelar matematicamente o comportamento dos indivíduos (consumidores, empresas, investidores, entre outros). Tal modelagem ampliou a capacidade de aplicação da teoria, sob a forma de generalização dos resultados e pressupostos básicos da teoria que assumia um comportamento padrão e sem falhas ou imperfeições de conhecimento para o agente econômico idealizado, o '*homo economicus*'. (STEINGRABER, FERNANDEZ; 2013, p.125)

Como a possibilidade de escolhas e a disponibilidade de informações cresceu vertiginosamente com o progresso científico, começaram a surgir críticas à teoria, tratando-a como insuficiente para uma análise mais aderente à realidade do comportamento humano, muito mais complexa do que nos modelos tradicionais:

O viés do comportamento humano através do *Homo economicus* é insuficiente para explicar o comportamento do indivíduo, devido a grande parte de simplificações da visão neoclássica. Para uma análise mais próxima do comportamento real, capaz de compreender os comportamentos e os processos econômicos contemporâneos, é necessário levar em consideração as várias influências, ou seja, da sociedade ou das experiências passadas. (VIEIRA; MARIN; ROHENKOHL, 2015)

2.1.1 Herbert Simon e a racionalidade limitada

Um dos críticos dessa teoria que mais se destacaram foi Herbert Simon, com seu conceito de racionalidade limitada. Esse conceito trata da impossibilidade do tomador de decisões de conhecer toda a informação disponível acerca do objeto sobre o qual ele decidirá, como era suposto pela teoria tradicional. Críticas como essa levaram a um certo questionamento da teoria neoclássica, apesar de ainda hoje ser a mais tradicional. Embora extremamente útil didaticamente, na busca do isolamento de certas variáveis para estudar suas causas e efeitos, a teoria tradicional já não explica tão bem a realidade, e isso abre espaço para que novas teorias ganhem notoriedade. Herbert Simon foi precursor e teve grande relevância entre os críticos da teoria tradicional:

A racionalidade limitada apresentada por Simon (1959) dizia que o indivíduo é limitado em apurar e interpretar informações ao tomar decisões e, como desdobramento desse princípio, o autor acreditava que o indivíduo não conseguia maximizar seus objetivos. A crença na maximização sempre foi problemática para Simon que se posicionou contra este conceito em virtude de falta de comprovação empírica da mesma. (STEINGRABER, FERNANDEZ; 2013, p.137)

As limitações da teoria tradicional foram o ponto de partida para o surgimento de disciplinas que se propunham a analisar justamente os aspectos afastados do ser humano pelos neoclássicos, como se esclarece em

As discordâncias em relação ao molde do indivíduo maximizador de utilidade, sempre em busca do maior retorno possível para seus esforços, mesmo que isso o leve a comportamentos egoístas, individuais e pouco solidários, serviram como propulsoras, desde o século XIX, para o surgimento de formas alternativas de análise do comportamento econômico das pessoas. (SILVA, 2013, p. 24)

2.2 VISÕES ALTERNATIVAS: ECONOMIA COMPORTAMENTAL E PSICOLOGIA ECONÔMICA

Por ter como objeto de interesse o fator que havia sido afastado propositalmente da análise neoclássica do agente econômico, a Psicologia Econômica poderia ser vista, inicialmente, como um certo rompimento com a teoria econômica *mainstream*. Apesar disso, a interdisciplinaridade materializada na disciplina entre Psicologia e Economia permite uma análise extremamente rica dos dois pontos de vista, o que leva a uma compreensão mais completa da complexidade do comportamento econômico visto no ser humano.

Conceitualmente, segundo Vera Rita de Mello, em linha com o Standing Committee of the European Group of Researchers, precursor da International Association for Research in Economic Psychology (IAREP),

Psicologia Econômica como uma disciplina estuda, assim, os mecanismos e processos psicológicos subjacentes ao consumo e outros comportamentos econômicos. Ela lida com preferências, escolhas, decisões e fatores relativos à satisfação de necessidades. Além disso, lida com o impacto de fenômenos econômicos externos sobre o comportamento e o bem-estar humano. (FERREIRA, 2008, p. 127).

Pode-se perceber, portanto, que o fator psicológico é preponderantemente relevante no processo de tomada de decisão, principalmente em se tratando das decisões relacionadas ao consumo.

Atitudes como se endividar por causa da aquisição de bens e serviços dispensáveis no momento, e comprometer mais a renda com a aquisição de bens e serviços motivados por desejos e impulsos são provas concretas de que os indivíduos não possuem racionalidade ilimitada. (SANTOS, 2013, p.76)

Santos (2013) mostra que é preciso rever os conceitos da economia *mainstream* e adaptar, incorporando a abordagem da Psicologia Econômica, a maneira como se tem avaliado o comportamento dos agentes econômicos. Cada vez mais pesquisas têm agregado insights da psicologia - como por exemplo a aversão à perda, o preconceito e a desatenção – aos modelos econômicos. Embora essa área da economia tenha crescido rapidamente, os modelos neoclássicos ainda permanecem sendo referência para a maior parte dos estudos e pesquisas econômicas, e a validade da economia comportamental como uma teoria alternativa continua a ser debatida.

Apesar de certa desconfiança, a abordagem da Psicologia Econômica traz grandes avanços na compreensão do comportamento econômico dos agentes, o que permite uma melhor preparação e educação desses próprios agentes. Isso fica evidente em

Como consumidores, nos beneficiamos das percepções acerca de nossas próprias decisões relativas ao consumo: o que compramos, como compramos, e as influências promocionais que nos persuadem a comprar. O estudo do comportamento do consumidor nos habilita a nos tornarmos consumidores melhores, ou seja, mais sábios. (GIGLIO, 1996, p. 6)

A economia comportamental, muitas vezes, é vista como uma contradição à teoria *mainstream*, como um ataque aos seus pressupostos básicos. Quando os agentes têm expectativas de receber algum dinheiro, mas ainda não o receberam de fato, elas têm a tendência e a capacidade de planejar racionalmente toda a utilização daquele dinheiro: o quanto e com o que vão consumir, o quanto vão poupar para o futuro, o quanto vão utilizar para quitar dívidas, etc. De certa maneira, isso estaria alinhado à teoria neoclássica, quando esta prega que, havendo mecanismos de incentivo, as pessoas se dispõem a adiar o consumo em nome da poupança, o que seria

um exemplo de comportamento maximizador de utilidade. Porém, o que se vê é um comportamento completamente diferente: quando o dinheiro de fato chega às mãos, se não houver um mecanismo de limitação de gastos, as pessoas tendem a gastá-lo todo de uma vez. Ao englobar variáveis psicológicas, culturais, comportamentais, identitárias, a análise se torna muito mais complexa e completa, possibilitando estudos muito mais direcionados, específicos e eficientes para uma realidade observada.

Apesar de esses novos campos da economia terem surgido como um rompimento com a teoria tradicional, buscando aproximar os modelos de análise à realidade dos agentes para que esta seja melhor compreendida, Raj Chetty (2015), defende que a integração de fatores da economia comportamental aos modelos econômicos para ajudar a responder questões fundamentais pode ser mais produtivo do que tratar as duas teorias como opostas e excludentes. Já que o sistema econômico se constitui num grande conjunto de relações de troca entre os agentes, é de essencial relevância que se busque entender como pensam e que conduta praticam esses agentes. Isso fica muito claro em:

Mas temos também toda a dimensão coletiva, com suas decisões muitas vezes vitais para a economia e o desenvolvimento do país: qual deve ser a taxa de juros? Combater a inflação ou deixá-la crescer um pouquinho? [...] Afinal de contas, quem constitui a economia de um país são seus habitantes, pessoas com sentimentos, desejos, hábitos, sonhos, crenças, limitações, criatividade e destrutividade – seres humanos com tudo a que têm direito! (FERREIRA, 2007, p.48)

Chetty (2015) lista diferentes formas com as quais essas novas teorias contribuem para a análise econômica: oferecendo novas ferramentas para fazer políticas públicas e aumentando o alcance delas, melhorando as previsões e análises acerca das políticas existentes – como a análise do impacto de uma política de subsídio à poupança para a aposentadoria, por exemplo - e gerando novas medidas e implicações para o bem-estar, na medida em que diferencia a utilidade experimentada de fato pelo agente da utilidade da decisão do agente (por exemplo, um agente que decide comprar um aparelho celular de última geração e não usa todas as suas funcionalidades poderia decidir por um aparelho mais barato, maximizando a utilidade dessa decisão, porém, o fato de ter aquele aparelho o faz se sentir valorizado socialmente, incluído, e isso aumenta o seu bem-estar). Dessa maneira, a análise através da óti-

ca das teorias alternativas apresentadas pode trazer grande contribuição ao trabalho aqui proposto para compreender melhor as decisões - e o fator psicológico por trás delas – que levam recém-aposentados a enfrentar diversas dificuldades, financeiras e não-financeiras, que muitas vezes acabam os levando a uma necessidade de reduzir o padrão de consumo e até mesmo a voltar a trabalhar.

Raj Chetty (2015), em seu artigo, sugere a utilização da economia comportamental com uma perspectiva mais política e pragmática, substituindo o conflito ideológico entre as teorias por uma aproximação metodológica entre as duas. Ao invés de questionar “Os pressupostos da teoria neoclássica são realmente válidos? Os seres humanos são, de fato, racionais?”, ele propõe questões como “de que maneira podemos incentivar a poupança previdenciária?”, que incorporariam fatores comportamentais a uma análise macroeconômica, ajudando em decisões políticas importantes. Isso vai ao encontro de uma metodologia já muito utilizada, a economia positiva. Chetty (2015) utiliza essa lógica para defender a incorporação da economia comportamental nas análises de questões econômicas importantes. Esse processo se daria então como um progresso natural, e não como um desafio à teoria *mainstream*.

2.2.1 A importância do emprego

É essencial considerar o significado do emprego para quem está em vias de se aposentar. O emprego pode ser visto como fonte de prazer, satisfação e realização; simplesmente como uma forma de obter uma remuneração para, dessa maneira, garantir a sobrevivência ou como a representação do papel social do indivíduo. Nem todos puderam escolher seus empregos de acordo com suas aptidões pessoais ou trabalham com alegria e satisfação. Uma grande parcela dos profissionais não teve a oportunidade de investir tanto tempo ou dinheiro em educação; alguns escolheram a atividade profissional pela praticidade, necessidade ou apenas baseados na remuneração. Boa parte tem ainda uma grande influência da família nas decisões profissionais. (FRANÇA, 1999)

A nossa sociedade, essencialmente capitalista, costuma valorizar nas relações coletivas somente aqueles que ainda fazem parte da esfera produtiva, que trabalham e são remunerados por isso, ou seja, quem deixa de fazer parte dessa esfera, como é o caso dos aposentados, perde gradativamente o seu valor social, predominantemente representado pelo emprego. (FONTOURA; DOLL; OLIVEIRA, 2015)

Depois de algum tempo na rotina de trabalho, é natural que as pessoas se adaptem a muitas situações e as incorporem ao seu cotidiano. O salário garantido no fim do mês, o prazer de executar determinadas tarefas diariamente, o ambiente de trabalho e a convivência com os colegas, a rotina de deslocamento entre a residência e o local de trabalho, o status e o poder atrelados a determinados cargos: todos estes são elementos que fazem parte de uma realidade da qual os indivíduos não querem se afastar. Segundo França (1999), há indivíduos que baseiam toda a sua identidade numa única área de interesse: o trabalho. Eles se definem e se apresentam em função da empresa ou da profissão que exercem. Esse indivíduo, com esse tipo de comportamento, contribui em grande medida para uma aposentadoria difícil quando chegar o seu momento, já que ele não vai estar preparado para perder esses atributos.

Dessa maneira, a aposentadoria pode representar um grande rompimento na vida do indivíduo, em grande medida pela sobrevalorização do emprego como representação social, e por isso influencia a sua identidade e as suas relações com o sistema econômico-social. (FONTOURA; DOLL; OLIVEIRA, 2015) O aposentado deixa de ter aspectos considerados essenciais para sua inserção na sociedade capitalista como é o caso da convivência com os colegas, o sentimento de pertencimento a uma organização, o poder e a autoridade que ele podia exercer sobre seus subordinados, é uma completa mudança de rotina. Fica nítido, então, que o trabalho não é importante apenas como um meio de remuneração e sobrevivência, mas se constitui também como fator de expressão do indivíduo como ser social:

[...]uma vez que o homem se produz e reproduz pelo trabalho. E é a partir do dia-a-dia do trabalho que ele se torna ser social, diferenciando-se de outras espécies. A aposentadoria é uma fase que provoca mudanças e pode gerar ansiedades no indivíduo, considerando-se sua história na relação com o grupo social ao qual pertence. Sua identidade, como pessoa e como ser social, pode ficar ameaçada. É, ainda, um período de enfrentamento de outra questão: a de ser considerado velho. (RODRIGUES *et al.*, 2005, p. 55)

Segundo França (1999), o afastamento do trabalho advindo da aposentadoria pode ser considerado a principal perda da vida social dos indivíduos que chegam a essa fase, uma vez que resulta em outras grandes perdas e afeta a sua estrutura psicológica. Já no primeiro momento pós-aposentadoria, o indivíduo enfrenta grandes choques como a queda no nível da renda familiar, a ansiedade frente ao tempo livre deixado pelo trabalho e a perda da convivência com os colegas.

Além disso, de acordo com Codo, Sampaio e Hitomi (1993) o trabalho tem um caráter construtor da identidade do indivíduo. Ao longo desse processo de construção, o sujeito percebe-se diante da necessidade de se submeter a interesses de uma determinada comunidade - que em muitas oportunidades divergem dos seus próprios interesses - para ter suporte, segurança e proteção contra comunidades ainda maiores. Isso cria no indivíduo um sentimento de pertencimento. No ambiente de trabalho, o sujeito aprende novos valores, normas e comportamentos exigidos, e isso lhe permite fazer parte, se sentir aceito, incluído, perceber-se como membro daquele determinado grupo. Apesar disso, o sujeito não é um simples figurante desse processo, mas é também ator, que age na direção de criar o seu próprio processo de integração particular. Ao procurar conhecer e se estabelecer num determinado ambiente como o trabalho, o sujeito mobiliza seus esforços para perceber informações que lhe sejam úteis para a aceitação e o sucesso naquele ambiente. (VIANNA, 2009)

Fica, dessa maneira, evidenciado o papel central que o trabalho na sociedade em que vivemos. A grande importância que tem o trabalho pode trazer grande dificuldade ao enfrentar a aposentadoria, o que indica a necessidade de se realizar um planejamento para essa fase da vida.

O que todos nós parecemos temer [...] é o abandono, a exclusão, ser rejeitado, ser banido, ser repudiado, descartado, despido daquilo que se é, não ter permissão de ser o que se deseja ser. Temos medo de nos deixarem sozinhos, indefesos e infelizes. Tememos que nos neguem companhia, corações amorosos, mãos amigas. Receamos ser atirados aos depósitos de sucata. O que nos faz falta é a certeza de que isso não vai acontecer – não conosco. (BAUMAN, 2005, p. 99/100)

2.2.2 A necessidade de planejar a aposentadoria

A aposentadoria, definida por Cerbasi (2014) como o fim do vínculo tradicional de trabalho, e por Bruns e Abreu (1997) como fase de afastamento da rotina de trabalho, é um fato social recente. Segundo França (1999), a grande maioria da população assalariada do mundo só passou a contar com a assistência da Previdência Social a partir do século XX. Segundo Trento (2008), nos países com desenvolvimento tardio, como o Brasil, o crescimento da população idosa (acima de 60 anos) em relação à população total tem sido acelerado. Com as grandes alterações nos aspectos sociais, econômicos, culturais e trabalhistas, além dos grandes avanços na medicina, a perspectiva de vida tem se tornado cada vez maior.

A teoria econômica *mainstream* também não se mostra aderente ao analisar esse problema, na medida que considera o indivíduo como homem econômico: maximizador, racional e egoísta. (VIEIRA; MARIN; ROHENKOHL, 2015) De acordo com essa teoria, o comportamento esperado do indivíduo seria o de planejar e poupar, independentemente do seu nível de renda, para a sua aposentadoria desde cedo, tendo a consciência da impossibilidade de trabalhar até a morte.

Por tratarmos aqui da aposentadoria por idade e por tempo de serviço, esta está associada geralmente à idade avançada e, dessa forma, a aposentadoria é um processo decisivo na vida do indivíduo e, por isso, deveria ser cuidadosamente planejada. Não é o que parece ser regra na nossa sociedade: segundo Bendassolli (2013), apesar de alguns indivíduos chegarem a essa fase com a possibilidade de fazer muitas escolhas por terem acumulado um bom colchão de liquidez que lhes permite utilizar esse período para viajar, descansar e fazer o que é do seu agrado, a maior parte dos indivíduos teme a chegada do momento da aposentadoria e as suas consequências por não estarem devidamente preparados para ela.

Segundo França (1999) e Menezes, França e Siqueira (2012), não é uma prática comum aos brasileiros planejar a fase da aposentadoria desde cedo. Nós não temos o hábito de poupar, de nos prepararmos para o futuro; nós queremos tudo imediatamente, consumir aqui e agora. Segundo França (1999), uma das principais causas desses maus hábitos foi o período de hiperinflação enfrentado pelos brasileiros entre

a década de 80 e 90. Como os preços mudavam constantemente e não era possível planejar, o ideal era comprar e estocar o mais rápido possível para evitar absorver a desvalorização do dinheiro em uma intensidade maior. Além disso, mecanismos de poupança compulsória visando a aposentadoria só começaram a aparecer no Brasil na segunda década do século XX, sendo inicialmente restritos a trabalhadores de setores como o ferroviário e o portuário. Somente na década de 60 o direito à aposentadoria foi universalizado – primeiro para todos os trabalhadores urbanos e, em 1963, incluiu os trabalhadores rurais.

Além disso, a grande maioria dos indivíduos aposentados ou em vias de se aposentar tem situação financeira extremamente precária, recebendo cerca de um salário mínimo. Segundo dados do IBGE (2000), uma a cada três pessoas aposentadas retorna ao trabalho devido a problemas financeiros. A degradação das condições econômicas não lhes permite planejar desde cedo o futuro, muito menos poupar tendo em vista a fase da aposentadoria, já que o seu nível de renda muitas vezes não lhe garante sequer a sobrevivência com dignidade e o sustento da família. (FRANÇA, 1999)

Essa postura de certa maneira passiva do indivíduo diante da incerteza do futuro pode gerar uma acomodação perigosa, esperando que alguém, um indivíduo externo ou até o próprio Estado tomem alguma atitude em seu benefício. A batalha contra as dificuldades da aposentadoria, as mudanças necessárias a serem feitas e a sequência da representação do papel social do aposentado são iniciativas que devem partir do próprio indivíduo e precisam ser planejadas com muita antecedência (RODRIGUES *et al.*, 2005).

Para que a aposentadoria não se torne um gerador de ansiedades, necessidades e dificuldades, é necessário que se planeje de forma adequada e prévia a nova distribuição do tempo, das atividades, as mudanças necessárias nos laços afetivos, na convivência familiar, o lazer e a participação sociocomunitária expressa através de novos trabalhos remunerados ou voluntários.

2.2.3 As dificuldades enfrentadas na aposentadoria

Chegado o momento da aposentadoria, a vida do indivíduo muda completamente. A queda na renda familiar, a dependência do trabalho como forma de sustentar a família, o isolamento social, os preconceitos sofridos: estes são alguns dos problemas enfrentados constantemente por muitos aposentados e que muitas vezes podem levá-los a continuar trabalhando mesmo depois de conquistar a supostamente tão sonhada aposentadoria.

Muitos indivíduos puderam ter a felicidade de possuir como atividade profissional aquilo que lhes agrada pessoalmente e, assim, não desejam se aposentar tão cedo. Alguns outros desejam se aposentar mas gostariam de se manter desenvolvendo alguma atividade profissional. Mas a maior parte deseja realmente parar de trabalhar, mas não tem a menor ideia sobre o que fazer após a aposentadoria e nem condições de abrir mão das benesses do trabalho (FRANÇA, 1999). Uma outra parte dos aposentados, apesar de não ter o trabalho como fonte de lazer e de ter garantida uma parcela de sua renda, permanece trabalhando devido ao significado dado hoje ao trabalho, oposto ao ócio, desocupação, preocupado com os rótulos dados pela sociedade ao homem que não trabalha, como “vagabundo” e “desocupado” (COCKELL, 2014)

Quando o indivíduo se vê representado pelo trabalho, o processo de aposentadoria pode ser fonte de grandes dificuldades e de rompimentos dolorosos. Em muitos casos, porém, a aposentadoria tem um tom de libertação de uma atividade desagradável, onde o indivíduo busca experimentar a sensação da liberdade de viver sem uma rotina. (BENDASSOLLI *et al.*, 2013)

Segundo Rodrigues *et al.* (2005), é quando chega a aposentadoria que as desigualdades sociais se tornam mais evidentes, afetando de maneira diferente os aposentados em função da posição hierárquica profissional que ocupavam, do nível de educação que tiveram, do estado biológico de degradação ou conservação em que se encontram, das condições de saúde, do nível de renda, entre outros fatores.

Pré-aposentados de países desenvolvidos, por exemplo, com alto poder aquisitivo, que conseguiram acumular recursos financeiros, materiais e intelectuais durante a vida laboral, provavelmente atribuem significados e enfrentem o período da aposentadoria de maneira diferente de trabalhadores de baixo poder aquisitivo, que se encontram em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. (RODRIGUES, *op.cit.*, p. 54)

Os aposentados de maior poder aquisitivo, por assim dizer, enfrentam menos dificuldades pela natureza capitalista da nossa sociedade. Segundo França (1999), eles possuem tratamento diferenciado por representarem um potencial mercado consumidor, com possibilidade de injetar grandes quantias financeiras na economia. Eles são alvo de propagandas, campanhas, tentados a dispendem as poupanças de uma vida com tratamentos como “a melhor idade”. Eles tem dinheiro, por isso são consumidores desejáveis e, por serem aposentados, teoricamente tem menos compromissos financeiros e, por isso, poderiam gastar sem maiores preocupações.

Em se tratando de Brasil, mais especificamente de Salvador, porém, a maior parte dos aposentados, como já dito antes, recebe cerca de um salário mínimo para sobreviver e sustentar a família. Por não possuir um considerável poder aquisitivo, estes são os que mais sofrem com a exclusão da sociedade de consumo e são muitas vezes desconsiderados pela lógica capitalista. Em muitos casos, a remuneração ao aposentar-se se torna menor do que o salário recebido quando empregado, o que gera um déficit no orçamento familiar dos aposentados e, junto o aumento de gastos, principalmente com saúde, advindo do avanço da idade e da crescente necessidade de prover sustento à família, isso muitas vezes traz dificuldades financeiras a eles. Como forma de tentar reduzir esse déficit, há cerca de 20 anos, grandes companhias instituíram no Brasil os primeiros planos de complementação de aposentadoria: os conhecidos Fundos de Pensão. (FRANÇA, 1999) Além disso, diversos bancos oferecem planos de previdência privada, mas, como já dito, o hábito de poupar para o futuro ainda não é muito disseminado, e por isso, este não é um produto de grande sucesso no mercado.

Segundo França (1999), a aposentadoria pode ser ainda comum e diretamente relacionada à velhice. Dessa maneira, a degradação da aparência física, da saúde e do desempenho ao realizar determinadas tarefas podem reforçar os preconceitos e a desvalorização dos idosos aposentados. Pode ainda ser encarada pela sociedade como um prazo de validade: aposentar-se pode ser visto como tornar-se descartá-

vel, como se fosse um objeto utilizado durante muito tempo que pudesse ser jogado no lixo. Apesar do número de aposentados jovens vir crescendo a cada dia, segundo Rodrigues *et al.* (2005), o conceito de aposentadoria ainda é muito relacionado ao envelhecimento. De acordo com França (1989) citada por França (1999), a psicologia aponta pouquíssimas mudanças cognitivas, intelectuais e de personalidade decorrentes do avanço da idade, mesmo assim existem ainda muitos preconceitos em relação ao processo de envelhecimento e das mudanças causadas por ele. Esse preconceito vem muito por conta do antigo costume de pensar a aposentadoria como o início de um afastamento progressivo do indivíduo do seio da sociedade, para que este tivesse um tempo maior para descansar e realizar seus desejos, uma vez estando próximo da morte. Além disso, esse afastamento permitiria que a sociedade sentisse menos a perda desse indivíduo no momento de sua morte, uma vez que seu lugar já teria sido ocupado por outro. (FONTOURA; DOLL; OLIVEIRA, 2015)

Em se tratando de Salvador, a grande maioria dos aposentados, muitas vezes responsáveis pelo sustento da família, recebe o valor piso instituído, que no Brasil é atrelado ao salário mínimo. (INSS, 2015) Se considerarmos que o salário mínimo não é o suficiente para suprir todas as necessidades de uma família, por menor que esta seja, estes aposentados constantemente enfrentam sérias dificuldades financeiras.

Além disso, a nossa sociedade costuma valorizar nas relações apenas os que produzem, frequentemente deixando de lado os aposentados, que por sua vez, gradativamente percebem a perda do seu papel social, em grande medida representado pelo trabalho. Essas dificuldades atingem todos, cada um de uma maneira e em uma intensidade diferente, levando em conta fatores pessoais, culturais, sociais, as condições financeiras e até o nível de educação. (FONTOURA; DOLL; OLIVEIRA, 2015) Para amenizar essa situação, seria necessária a realização de um planejamento financeiro desde cedo, além de uma estratégia adequada e prévia para uma nova distribuição de tempo e das atividades do aposentado, para as mudanças necessárias nos laços afetivos e na convivência com a família, no lazer e a participação sociocomunitária expressa através de novos trabalhos remunerados ou voluntários. Infelizmente, o brasileiro parece ter o costume de viver o aqui e o agora, sem

planejar o seu futuro. Isso leva as fases de mudanças da vida, como a aposentadoria, a serem mais difíceis para lidar.

A aposentadoria é uma grande mudança na vida dos agentes, influenciando até o modo dele se relacionar enquanto indivíduo com o sistema econômico-social. A perda do convívio com os colegas, o sentimento de não pertencimento a uma grande organização, a perda da autoridade sobre outros indivíduos e outras consequências podem ser chocantes para um agente que não está preparado. O trabalho não é só um meio de remuneração para a sobrevivência, mas é um fator de expressão do agente como ser social e do seu papel na sociedade.

No mundo contemporâneo, de oportunidades fugazes e seguranças frágeis, as identidades rígidas, inegociáveis e seguras do passado, ainda que ilusórias, não cabem mais. Enquanto as estruturas estão cada vez mais frágeis e instáveis, a mola propulsora, que cria no indivíduo a necessidade de identificações, fica ainda mais forte. Na atualidade, o ambiente organizacional reproduz a insegurança, uma vez que o indivíduo não tem tempo de fincar raízes no trabalho e não se oferece ou se doa com a lealdade, à vista da pouca expectativa de retribuição que tem em relação à organização. Os lugares nos quais o sentimento de pertencimento era tradicionalmente investido (família, trabalho, vizinhança) não transmitem a confiança necessária, de modo que não conseguem atender à demanda do indivíduo e superar seu medo de solidão e abandono (BAUMAN *apud* VIANNA, 2009, p. 7)

2.3 O CONCEITO DE IDENTIDADE

Identidade, numa definição ampla, seria o agregado de atributos exclusivos pelo qual se pode discriminar pessoas, animais, plantas ou qualquer outro objeto um do outro, seja entre seus semelhantes ou entre o grupo como um todo. Nós humanos nos diferenciamos dos outros pelas particularidades de nossas vidas, pelo idioma, pelas nossas instituições e pelo modo como é representado nosso caráter coletivo, numa construção identitária explicada por fatores geográficos, étnicos, econômicos, sociais e culturais. Na sociologia, o que forma uma identidade é o compartilhamento de ideias de um determinado grupo. Uma parcela desta viria do próprio indivíduo e uma outra do grupo ao qual ele está inserido. Além disso, Castells (1999) define que, além de uma forma de distinção entre semelhantes, a identidade é uma construção de autoconhecimento, não é uma descoberta. Um mesmo indivíduo pode se identificar em várias comunidades, mas isso gera grandes tensões para ele, uma

vez que o leva a viver contradições internas na autorrepresentação e na ação coletiva. Como podemos, então, perceber a identidade?

É a partir da exposição a um universo de diversidade de idéias e policultural, que o indivíduo percebe a necessidade de refletir sobre a sua identidade. Isto porque neste universo, o indivíduo se vê obrigado a comparar, fazer escolhas, conciliar demandas contraditórias. Ecoa então a questão: quem sou eu? Em meio à necessidade de se obter resposta sobre a sua identidade, de alcançar a segurança que aplaque a inquietude que vem dessa busca, daí surge a necessidade de pertencimento. As relações de pertencimento e identidade são almejadas pelo indivíduo, mas nunca podem ser asseguradas por toda a vida. (VIANNA, 2009, p. 7)

Segundo Akerlof (2000), a identidade está presente em todas as nossas decisões: desde decisões simples como a cor da roupa que utilizamos até decisões econômicas de investimento e poupança. Castells (1999) define ainda que existe uma diferença entre identidade e papel. Papéis seriam a maneira como o agente é visto pela sociedade, podendo tratar de profissão, gosto musical, preferências políticas e religiosas, enquanto a identidade seria a importância do agente para ele mesmo. Em alguns casos, o papel pode sobrepor a identidade, como é o caso da paternidade. Ser pai, inicialmente, é um papel, mas é uma emoção tão forte que sobrepõe a identidade e o sujeito passa então a se identificar com esse papel. Resumidamente, identidade está para significado assim como papéis estão para funções.

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos do poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço. (CASTELLS, 1999, p. 23)

Segundo Bauman (2005) e Hall (2006), todos nós somos parte de comunidades, e essas definem as identidades. Essas comunidades não precisam ser, necessariamente, espaços físicos, mas são grupos sociais nos quais o processo de construção da identidade acontece.

A identidade é fruto da interação contínua com um universo de idéias diferentes: a identidade torna-se uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. (HALL, 2006, p.13)

Por que, então, nós nos comportamos de certa maneira, mesmo que não pensemos sobre isso o tempo inteiro? Num extremo sociológico, poderíamos pensar que somos guiados a agir com determinada conduta pelo papel que temos socialmente, ou seja, agimos de acordo com as nossas funções, obrigações. Num outro extremo, dessa vez o econômico, poderíamos pensar que os indivíduos agem de maneira a conseguir um objetivo, geralmente relacionado ao consumo. Na realidade, a conduta é determinada por uma mistura dos dois elementos: agimos sim de maneira a conseguir nossos objetivos, mas guiados pelo nosso papel social, pela autopercepção da nossa função na sociedade, ou seja, pela nossa identidade. Muitos ainda não tem consciência da importância de se autoconhecer, de entender a influência da identidade no processo de tomada de decisões, e isso pode acabar levando a grandes frustrações.

Akerlof (2010) considera que uma parte da identidade é construída no ambiente em que o indivíduo frequenta: escola, faculdade, emprego, grupo de amigos, etc.; enquanto uma outra parte vem das características físicas, como gênero e raça. O conceito de identidade tem se tornado um dos mais trabalhos pela filosofia em todas as suas vertentes, além de ser, há algum tempo, objeto de análise da antropologia, sociologia, psicologia e até neurociência. Psiquiatras, por exemplo, lidam com transtornos de múltiplas personalidades, enfermidade que distorce a identidade do indivíduo. Com já visto, é possível afirmar que a identidade se constitui de forma parcelada: parte através do grupo onde se está inserido o indivíduo e parte através da realidade individual enfrentada por ele. Não há como encerrar a discussão com uma verdade absoluta, entretanto, se pode ver que, de fato, todos nós vivemos socialmente e, ainda que não queiramos, somos muito influenciados pelo fator social em todas as nossas decisões.

Fica claro, portanto, que a identidade precisa ser levada em consideração na hora de se pensar política, tendo em vista que ela tem uma implicação relevante para a motivação das pessoas. Além disso, ao incorporar o fator identitário, a análise se faz mais útil para o progresso das instituições e da sociedade, sendo direcionada à noção da pessoas de quem elas são e de como se comportam, que está fortemente associada com a noção de como elas e os outros deveriam se comportar. Segundo Bauman (2005), o sentimento de pertencimento e até a própria identidade são cons-

truídas e reconstruídas constantemente ao longo do tempo, seguindo o curso natural da vida do indivíduo. Segundo Hall (2006, p.13), “uma identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente.”

3 ANÁLISE DOS DADOS

3.1 METODOLOGIA

Este estudo consiste numa pesquisa exploratória e descritiva, tendo em vista que procura descrever um fato ou um fenômeno percebido dentro de uma realidade observada. Além disso, a pesquisa tem um caráter qualitativo, na medida em que se busca, com ela, explicar não só o fato simplesmente, mas também a sua essência, suas origens, causas, mudanças e até mesmo soluções (TRIVIÑOS, 2006). Esse tipo de trabalho traz proposições – muitas vezes fruto de uma impressão ou intuição ao observar a realidade - que, num primeiro momento, são tratadas como hipóteses e, ao longo do trabalho, devem ser verificadas.

Para essa verificação, será utilizada a metodologia *survey*, para obter dados sobre o público de interesse, junto a um testemunho de um caso particular extremamente representativo. O *survey* consiste num método de interrogação direta do público sobre o qual se deseja conhecer mais, que nesse caso será realizada através de questionários simples e estruturados, com perguntas fechadas, que permitirão inferir sobre a situação dos aposentados. Este modelo é ideal para informações acerca de grandes grupos ou populações, como é o caso dos aposentados, uma vez que o entrevistado não é identificado, garantindo o sigilo de todas as informações fornecidas.

Esta metodologia possibilita cumprir o objetivo de mostrar que a incorporação dessas novas teorias na análise econômica dos aposentados e nas políticas públicas relacionadas a eles pode ser um fator redutor de boa parte das dificuldades aqui analisadas, ou seja, o fato de se utilizar comumente a teoria *mainstream*, extremamente simplificada, para analisar a realidade através de seus modelos pode ser um fator preponderante para o problema. Junto a isso, será apresentado, através do testemunho, o caso de um aposentado emblemático, escolhido por sua relevância, por ser oriundo de uma das maiores instituições financeiras do Brasil, que conta um pouco sobre os problemas enfrentados no momento da aposentadoria, reforça a importância da educação financeira para todos os agentes e mostra diversas situações onde o comportamento do agente foi diferente do esperado pela teoria *mainstream*. O testemunho, em linhas gerais, é uma maneira de narrar experiências de vida significativas, sendo escrito em primeira pessoa pelo protagonista ou por testemunhas

dessa experiência. É a afirmação da soberania da experiência pessoal. Por ser narrado em primeira pessoa, tendo o autor do discurso a autoridade para decidir sobre o conteúdo, o testemunho atinge o leitor de uma forma que a literatura ficcional e o jornalismo comum não conseguem. O testemunho permite que o leitor se veja na situação do autor, encarando a situação de outra perspectiva, com os seus valores e expectativas particulares. Ele convida o leitor a mergulhar na situação descrita (BEVERLEY, 2008).

O questionário será aplicado via meio eletrônico, uma vez que evita o constrangimento em responder algumas perguntas – principalmente as relacionadas às dificuldades financeiras - cara-a-cara, além de facilitar a análise dos dados e reduzir a possibilidade de erros. Apesar disso, essa aplicação restringe a amostra ao público que possui acesso a computador e internet, o que pode levar a um certo viés na análise. Os resultados da pesquisa via questionário serão analisados utilizando métodos estatísticos descritivos simples, como média e proporção. O testemunho será escrito pelo próprio aposentado.

3.2 AMOSTRA

O público-alvo da pesquisa precisa ser determinado a partir do objeto sobre o qual se deseja obter as informações, atentando para a localização geográfica e para o período da pesquisa. Dessa maneira, pôde-se definir a população pesquisada como sendo composta pelos aposentados residentes em Salvador-BA que estão em estado de benefício no primeiro semestre de 2017, pois serão analisadas as relações e os problemas enfrentados por esses indivíduos no processo de aposentadoria.

Foram consultados 125 aposentados, mas, ao desconsiderar os outliers, a análise considera apenas 119 respostas. O contato com o público-alvo foi feito através de e-mail, utilizando como base os aposentados da FAELBA e do Banco do Brasil. Esse contato foi facilitado pela experiência de estágio já realizada na FAELBA, além da ajuda de um ex-funcionário aposentado do Banco do Brasil. Entre eles, um aposentado, oriundo de uma grande instituição financeira nacional, pôde dar o seu testemunho individual, sendo este de grande relevância para o problema tratado.

A amostra é composta por aposentados com idade entre 52 e 79 anos, tendo uma média de idade de 63,45 anos. Destes, mais da metade tem como renda mensal um valor igual ou inferior a 3 salários mínimos, sendo 21,85% os que contam com um nível de renda de até 1 salário mínimo, e a maior parcela (33,61%) os que recebem entre 1 e 3 salários mínimos, como pode ser visto na tabela a seguir.

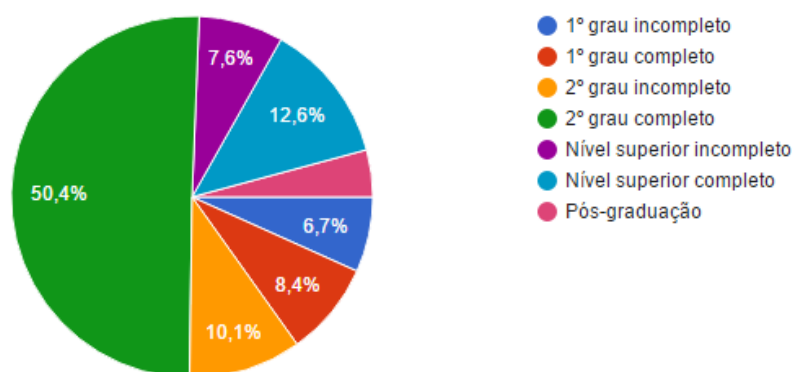
	Nível de renda	Frequência	%
1	Até 1 salário mínimo	26	21,85
2	Entre 1 e 3 salários mínimos	40	33,61
3	Entre 3 e 5 salários mínimos	32	26,89
4	Acima de 5 salários mínimos	21	17,65
Total		119	100

Fonte: Elaboração própria, 2017

Quanto à escolaridade, a amostra ficou distribuída da seguinte maneira: mais da metade (50,4%) possuem o 2º grau completo, 12,6% possuem nível superior completo e apenas 4,2% possuem pós-graduação, como pode ser visto a seguir:

Gráfico I - Nível de escolaridade dos aposentados

Nível de escolaridade: (119 respostas)



Fonte: Google Forms, 2017

3.3 ENQUADRAMENTO DOS APOSENTADOS

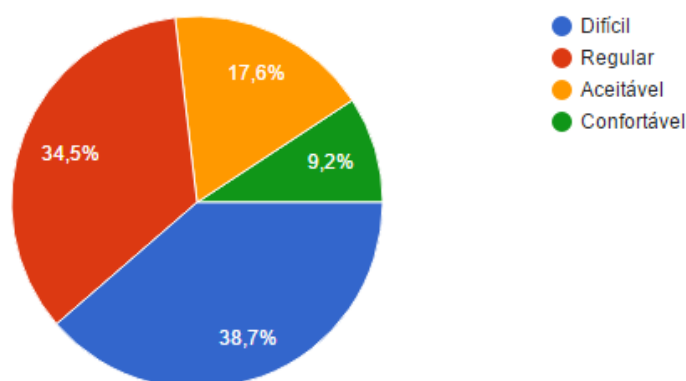
Como visto anteriormente, a população de aposentados é um nicho da sociedade que sofre com alguns percalços que podem levar essa fase da vida deles a ser uma fase difícil. Segundo Belém (2008), as principais consequências psicossociais da aposentadoria são a depressão, derivada da desvalorização social sofrida pelos indivíduos com a perda da função produtiva, a angústia e a baixa autoestima, que, juntas, podem gerar um cenário favorável a outras doenças, principalmente pelo fato de essas pessoas se encontrarem em idade avançada e, por isso, com a imunidade muitas vezes debilitada. Além disso, existe o problema do declínio da renda, uma vez que, na aposentadoria, os indivíduos sofrem a perda de alguns direitos trabalhistas e muitas vezes não preparam o seu orçamento pra isso, o que finda, muitas vezes, num déficit no orçamento familiar que pode gerar grande endividamento. As abordagens econômicas alternativas à *mainstream* permitem analisar esses fenômenos de maneira a perceber as suas origens, pois, numa análise tradicional, esse fato dificilmente poderia ser modelado.

3.3.1 Questões acerca do aspecto financeiro

Na segunda seção do questionário aplicado junto ao público de interesse, são feitas perguntas acerca dos aspectos financeiros da vida do aposentado. Numa primeira abordagem, é perguntado com o aposentado julga a sua própria situação financeira atual, com quatro possíveis respostas: difícil, regular, aceitável e confortável.

Gráfico II – Situação financeira dos aposentados

Como o(a) Sr.(Sra.) julga a sua situação financeira? (119 respostas)

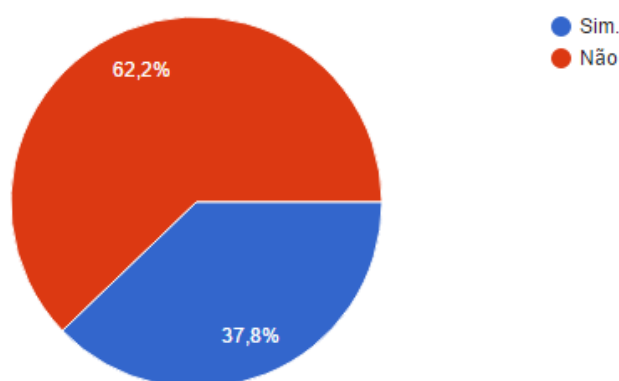


Fonte: Google Forms, 2017

Como visto no gráfico, uma grande parte (73,2%) dos aposentados declarou sua situação financeira como sendo difícil ou regular, o que mostra a triste realidade dessa parcela da sociedade. Apenas 9,2% da amostra declarou ter uma situação financeira confortável, enquanto 17,6% afirmaram ter uma vida financeira aceitável. Na segunda questão, é perguntado se o entrevistado possui algum conhecimento na área financeira, com 62,2% dos colaboradores da pesquisa tendo respondido “Não”, ou seja, a maior parte dos aposentados não possui nenhum conhecimento sobre finanças. O gráfico com a disposição das respostas pode ser visto a seguir:

Gráfico III – Conhecimento na área financeira

O Sr.(Sra.) possui conhecimento na área das finanças? (119 respostas)



Fonte: Google Forms, 2017

A terceira pergunta sobre o aspecto financeiro diz respeito à poupança e ao hábito de poupar. É perguntado ao entrevistado se, durante a vida profissional dele, ele manteve algum tipo de poupança preocupado com a aposentadoria, ou seja, se ele juntou dinheiro durante a vida para quando se aposentasse. São dadas seis opções de resposta: 1) Sim. A empresa onde eu trabalhava oferece planos de previdência privada; 2) Sim. Apesar de não ter plano de previdência privada, sempre poupei parte da minha renda; 3) Sim. Apenas quando sobrava algum dinheiro no fim do mês; 4) Não. Apesar de reconhecer a importância de poupar, dificilmente sobrava dinheiro; 5) Não. Nunca me preocupei com isso; e 6) Não. Quanto mais eu ganhava, mais eu gastava, sempre comprometendo a totalidade da minha renda. Como visto na literatura sobre a economia comportamental, o resultado mostra que as pessoas tendem a não poupar, preocupando-se com o problema apenas quando se deparam com

eles. No caso dos aposentados, por não poupar dinheiro durante a vida visando a fase da aposentadoria, onde há uma queda na renda e um aumento nos custos – principalmente com saúde – eles se deparam com essa fase da vida sem estarem preparados financeiramente, o que pode gerar forte endividamento. Apenas 40,4% dos entrevistados respondeu “Sim”, sendo que a maior parte deles (22,7%) fez essa poupança através de planos de previdência privada oferecidos pela empresa em que trabalhavam, ou seja, a atitude de poupar não partiu diretamente deles. Do outro lado, 59,6% responderam nunca terem poupado dinheiro preocupados com a aposentadoria, o que aponta um cenário preocupante. Além disso, entre os que nunca pouparam, 27,7% disseram nunca terem se preocupado com isso e 24,4% responderam ter o hábito de comprometer toda a sua renda, aumentando seus gastos quando tinham um aumento na renda. Isso pode ser visto no gráfico abaixo:

Durante a sua vida profissional, o Sr.(Sra.) manteve algum tipo de poupança visando a aposentadoria?

(119 respostas)

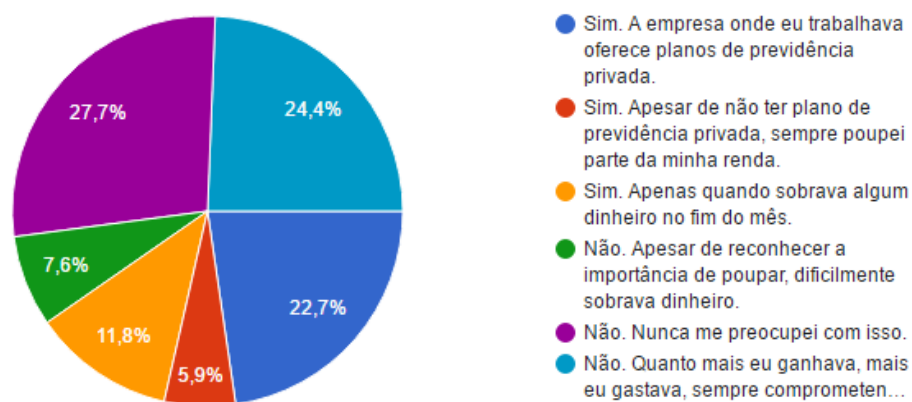


Gráfico IV – Poupança visando a aposentadoria

Fonte: Google Forms, 2017

Na quarta pergunta dessa seção, foi perguntado aos aposentados a opinião deles acerca de quando um profissional deve começar a se preocupar com a sua aposentadoria, no sentido de se preparar financeiramente – poupar e investindo - para ela. Quatro opções de respostas foram dadas: 1) Desde o momento de entrada no mercado de trabalho; 2) Ao atingir um nível de renda considerável que possibilite poupança de uma parcela; 3) Entre 40 e 50 anos, quando percebemos que a apo-

sentadoria está chegando; e 4) Ao atingir um nível de renda considerável que possibilite poupança de uma parcela. Apenas 17,6% acharam, então, que o profissional deve se preocupar desde o início de sua carreira com a fase da aposentadoria, enquanto a maior parte (34,5%) acredita que um profissional só deve começar a pensar na aposentadoria quando esta já está próxima, depois dos 40 anos. 28,6% acham, ainda, que o profissional só deve se preocupar com a aposentadoria quando ela chega de fato, comportamento que vem causando muitos transtornos aos aposentados atualmente. Pode-se perceber os resultados no gráfico:

Na sua opinião, a partir de quando um profissional deve começar a se preocupar com a sua aposentadoria?

(119 respostas)

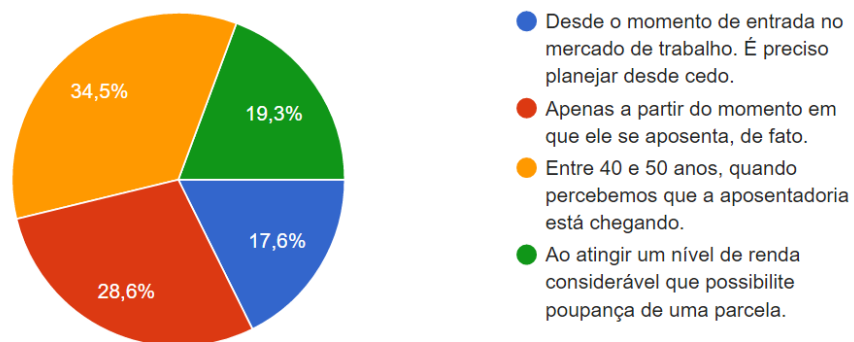


Gráfico V – Início da preocupação com a aposentadoria

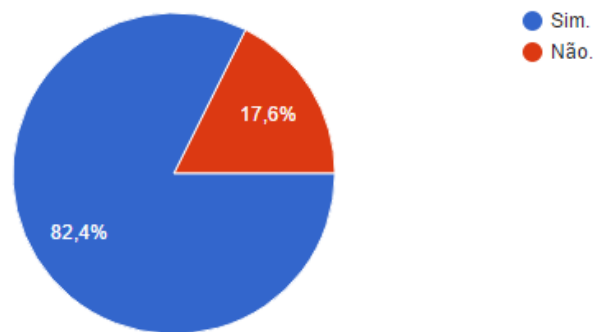
Fonte: Google Forms, 2017

Ainda na seção sobre finanças, é perguntado ao entrevistado se ele acredita que um conhecimento maior na área financeira possibilita ao profissional ter uma aposentadoria mais tranquila, ou seja, se a educação financeira é importante para a conduta e para as consequências dessa conduta no momento da aposentadoria. A grande maioria (82,4%) respondeu que sim, reconhecendo a importância de se educar financeiramente para saber lidar com as mudanças na renda ao longo da vida, como se vê em:

Gráfico VI – Conhecimento financeiro traz uma aposentadoria mais tranquila

O Sr.(Sra.) acredita que um maior conhecimento na área financeira possibilita uma aposentadoria mais tranquila?

(119 respostas)



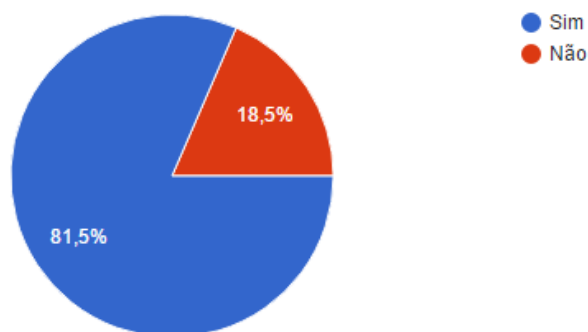
Fonte: Google Forms, 2017

Na última pergunta da seção, o entrevistado é questionado se já desenvolveu alguma atividade profissional visando aumentar a renda depois da aposentadoria, ou seja, se ele, depois de aposentado, já precisou voltar a trabalhar como forma de complementar a sua renda. De maneira preocupante, 81,5% dos aposentados responderam que sim, como se vê em:

Gráfico VII – Atividade profissional visando aumento de renda

Após a sua aposentadoria, o Sr.(Sra.) já desenvolveu alguma atividade profissional visando aumentar a sua renda?

(119 respostas)



Fonte: Google Forms, 2017

Esses dados mostram que, de fato, a situação financeira dos aposentados soteropolitanos é difícil, levando-os muitas vezes a retornar à atividade profissional mediante a falta de alternativas para manter o padrão de renda.

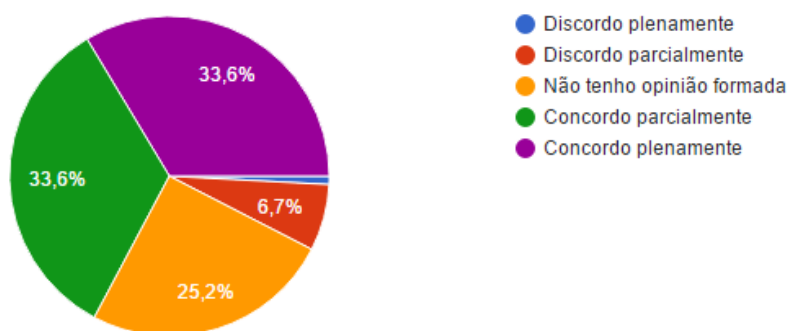
3.3.2 Questões acerca do aspecto social

Na terceira seção do questionário, são mostradas proposições acerca dos aspectos sociais da aposentadoria na nossa sociedade, que devem ser classificadas com base no nível de concordância com as afirmações, numa escala de "Discordo completamente" até "Concordo completamente". A primeira proposição trata da importância do trabalho como representação social do indivíduo, que pode gerar consequências graves quando este se afasta do emprego na aposentadoria. Os resultados podem ser vistos no gráfico a seguir:

Gráfico VIII – Trabalho como representação do indivíduo

O meu trabalho me representa como indivíduo social, ou seja, a maneira como a sociedade me percebe é muito influenciada pelo meu trabalho.

(119 respostas)



Fonte: Google Forms, 2017

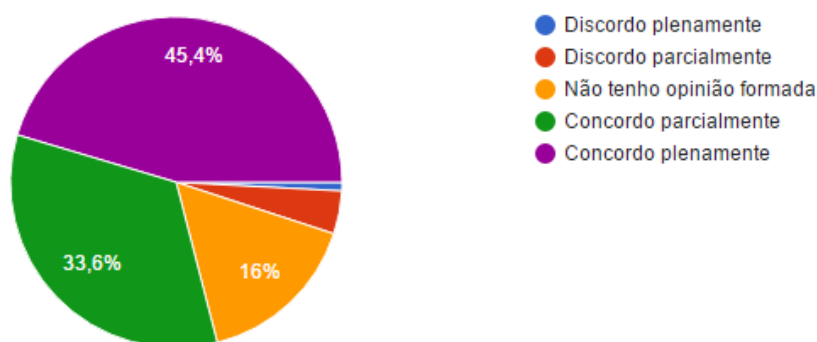
A maior parte dos aposentados (67,2%) concorda que o trabalho é uma importante representação social do indivíduo, ou seja, que a sociedade o enxerga de acordo com que tipo de trabalho ele exerce. Uma parte significativa (25,2%) declarou não ter opinião formada sobre o assunto; 6,7% discordaram parcialmente e apenas 1 entrevistado discordou plenamente da afirmação. A segunda proposição trata do valor atribuído ao emprego pela sociedade, na medida em que afirma que ela tende

a sobrevalorizar alguém que ainda está no emprego em detrimento de alguém que está aposentado. Preocupantemente, 79% dos entrevistados concordou com essa afirmação, parcial ou plenamente, mostrando que os aposentados percebem – e sofrem com isso – a perda do valor social como indivíduo a partir de quando se tornam aposentados. 16% declararam não ter opinião formada e apenas 6 entrevistados (5%) discordaram parcial ou plenamente, como pode ser visto no gráfico a seguir:

Gráfico IX – Valorização da sociedade ao aposentado

A sociedade tende a valorizar mais alguém que ainda está no emprego em detrimento de um aposentado.

(119 respostas)

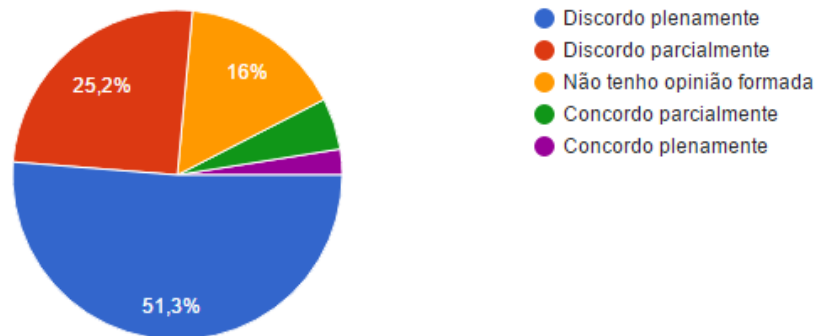


Fonte: Google Forms, 2017

A terceira proposição acerca dos aspectos sociais da vida dos entrevistados vem tratar do suporte dado aos aposentados pelo Estado. A grande maioria dos aposentados (76,5%) se mostrou insatisfeita com a assistência dada pelo Estado a ela, mostrando que é preciso repensar essa relação e analisar com mais atenção os problemas enfrentados por esse público. Apenas 6,8% concordaram, parcial ou plenamente. Pode-se ver os resultados no gráfico a seguir:

Gráfico X – Suporte do Estado ao aposentado

O Estado fornece um suporte adequado aos aposentados. (119 respostas)



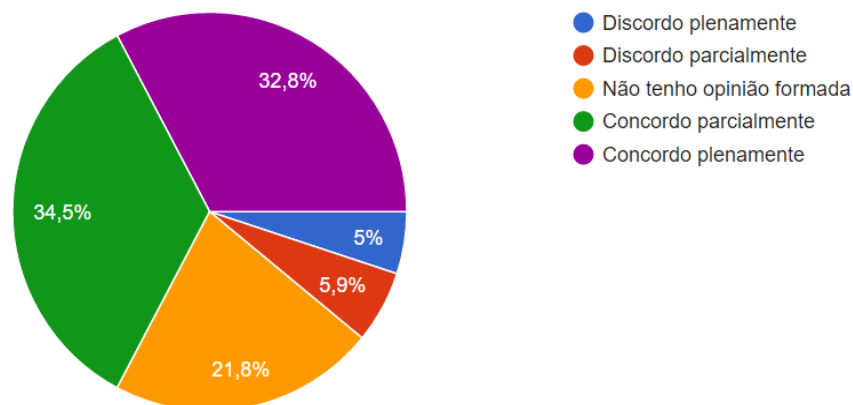
Fonte: Google Forms, 2017

A última proposição da seção que busca informações sobre os aspectos sociais trata do retorno ao trabalho como forma de reinserção social, ou seja, deseja saber se os entrevistados veem a volta ao trabalho como forma de recuperar a sua posição na sociedade. A maior parte, 67,3% dos entrevistados, concorda parcial ou plenamente com a proposição, enquanto 21,8% declarou não ter opinião formada sobre o assunto. Apenas 10,9% discordou da afirmação, ainda que alguns apenas parcialmente. Isso pode ser visto a seguir:

Gráfico XI – Volta ao trabalho para se inserir socialmente

Se manter trabalhando é uma maneira de continuar inserido na sociedade.

(119 respostas)

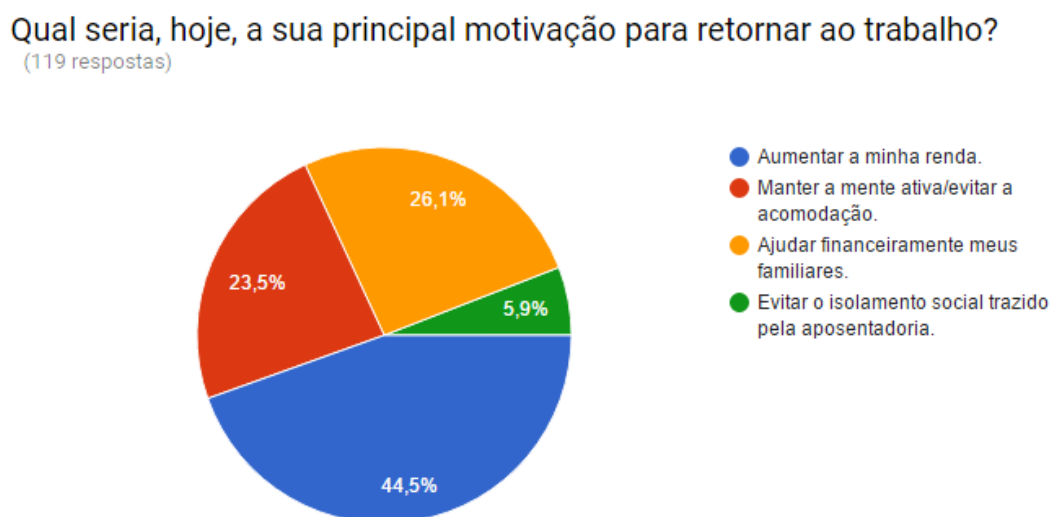


Fonte: Google Forms, 2017

3.3.3 Questões acerca das dificuldades enfrentadas na aposentadoria

Na quarta e última seção do questionário são feitas perguntas acerca dos principais problemas enfrentados, segundo a literatura pesquisada, na vida de um aposentado. Na primeira questão, é perguntado qual seria, hoje, a principal motivação que o entrevistado teria para voltar a trabalhar, mesmo estando aposentado, com quatro opções de resposta possíveis: 1) Aumentar a renda; 2) Manter a mente ativa/evitar a acomodação; 3) Ajudar financeiramente os familiares; e 4) Evitar o isolamento social trazido pela aposentadoria. De acordo com a pesquisa, o maior motivador de retorno ao mercado de trabalho para os aposentados soteropolitano, seria, hoje, um aumento na renda, com 44,5% das respostas. Em seguida está outro motivo relacionado às finanças: ajudar financeiramente os familiares, com 26,1% das respostas. 23,5% declararam que a maior motivação para retornar ao trabalho seria manter a mente ativa e evitar a acomodação gerada pelo grande tempo livre. Isso pode ser visto no gráfico a seguir:

Gráfico XII – Principal motivação para o retorno ao trabalho



Fonte: Google Forms, 2017

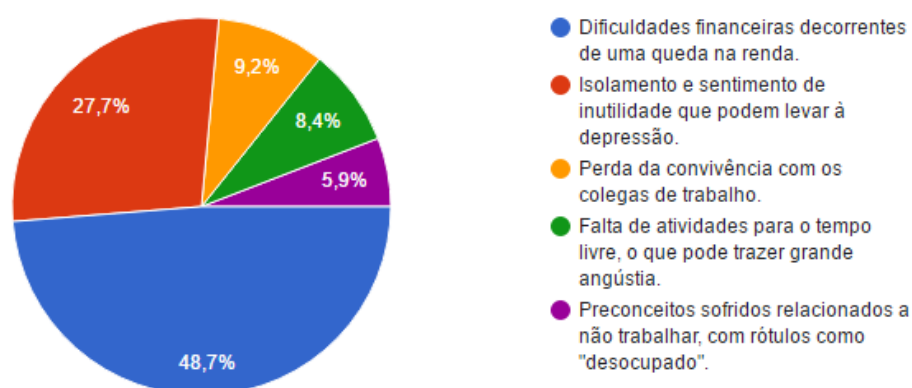
Na segunda questão da seção é perguntado ao entrevistado, entre as 5 opções dadas, qual delas seria o maior problema decorrente da aposentadoria: 1) Dificuldades financeiras; 2) Isolamento, inutilidade, depressão; 3) Perda da convivência com os colegas de trabalho; 4) Falta de atividades para o tempo livre; ou 5) Preconceitos

sofridos por não trabalhar, com rótulos como “desocupado”. Como se podia esperar, a maior parcela dos aposentados (48,7%) declarou serem as dificuldades financeiras o maior problema enfrentado na aposentadoria. 27,7% citaram o isolamento social e o sentimento de inutilidade como principal problema enfrentado, 9,2% disseram ser a perda da convivência com os antigos colegas e 8,4% lamentaram acerca da falta de atividades para o tempo livre. Apenas 5,9% responderam que são os preconceitos sofridos:

Gráfico XIII – Maior problema enfrentado na aposentadoria

Qual o Sr.(Sra.) considera o maior problema enfrentado na fase de aposentadoria?

(119 respostas)



Fonte: Google Forms, 2017

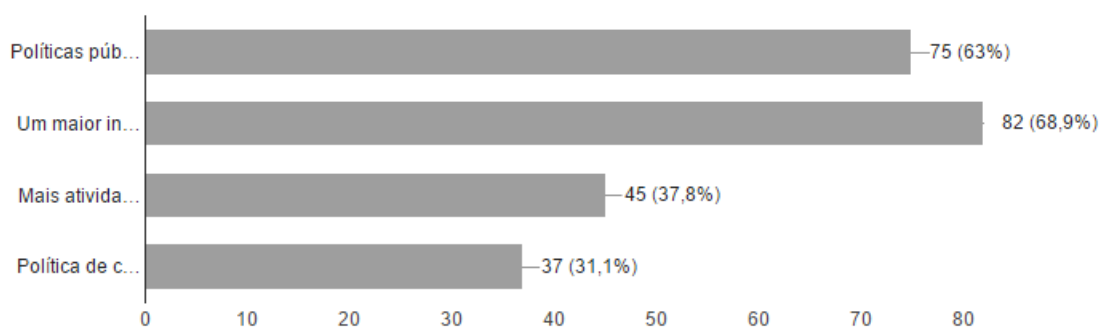
Na terceira e última pergunta da seção, é perguntado aos aposentados quais seriam, na opinião deles, as melhores maneiras para reduzir o quadro de dificuldades enfrentadas por eles no Brasil, com 4 possíveis respostas, podendo escolher mais de uma. As alternativas são: 1) Políticas públicas mais adequadas, levando em conta as características e necessidades dos aposentados; 2) Um maior investimento em educação financeira, o que ajudaria a conscientizar sobre a importância da poupança e do planejamento para a aposentadoria; 3) Mais atividades sociais voltadas para os aposentados, como atividades físicas em grupo; e 4) Política de conscientização da sociedade acerca do papel do aposentado, das suas dificuldades, etc. Dos 119 considerados, 82 aposentados (68,9% do total) citaram um maior investimento em

educação financeira como possível solução para o quadro, conscientizando a população sobre a importância da poupança e do planejamento para aposentadoria; 75 aposentados (63%) citaram políticas públicas mais adequadas como possível solução; 45 (37,8%) também escolheram mais atividades sociais voltadas ao público aposentado, como atividades físicas em grupo, e, finalmente, 37 (31,1%) citaram uma política de conscientização da população acerca do papel e das dificuldades enfrentadas pelos aposentados como possível solução.

Gráfico XIV – Melhores maneiras para reduzir os problemas enfrentados na aposentadoria

Na sua opinião, quais seriam as melhores maneiras para reduzir o quadro de dificuldades enfrentadas pelos aposentados no Brasil?

(119 respostas)



Fonte: Google Forms, 2017

A análise dos dados mostra que, de fato, os aposentados enfrentam diversos problemas, de diversas naturezas, como pôde ser visto na literatura analisada anteriormente. Entretanto, pode-se perceber pelos questionários respondidos que a maior parte dos problemas está diretamente relacionada à vida financeira do aposentado. A falta de preparação, a pouca educação financeira, o alto índice de desemprego e, principalmente, a baixa taxa de poupança dos trabalhadores tem trazido consequências graves no momento da aposentadoria. É preciso, portanto, investir mais em educação financeira, de maneira a conscientizar a população da necessidade de poupar, da importância da previdência e das consequências de um comportamento consumidor compulsivo, junto a outras políticas de inclusão social dos aposentados.

3.3.4 Testemunho de um caso emblemático

O testemunho é uma maneira de dar voz ao protagonista do problema pesquisado. É a oportunidade de incluir na literatura o conhecimento de causa que só um agente que vê o fato de dentro pode ter. Dessa maneira, dar a um dos aposentados entrevistados a chance de contar a sua própria história trouxe grande contribuição à pesquisa realizada. Muito do que se vê na literatura pôde ser confirmado de maneira muito clara pelo depoimento dado. Como forma de manter o anonimato, o aposentado que deu o seu testemunho não terá seu nome mostrado, então este será representado apenas por suas iniciais. AVSR, 52 anos, graduado em Administração de Empresas, ex-funcionário do Banco do Brasil, conta como está sendo a sua aposentadoria:

"A aposentadoria é um momento que exige uma reflexão sobre o que fazer e que novas rotinas criar. São muitos os questionamentos e o desejo de encontrar alternativas ocupa boa parte do pensamento. Este momento chegará para quase todos os trabalhadores e enfrentar a mudança de vida gera uma série de sentimentos que devem ser analisados. São desejos, medos, preocupações financeiras e tantos outros pensamentos que precisam ser resolvidos dentro de uma nova realidade. O momento de transição é difícil para a maioria das pessoas. São muitas expectativas e muitos medos. A possibilidade de não obter um rendimento que mantenha o padrão de vida é real. É uma reflexão fundamental e, via de regra, angustiante.

Preparar-se para a aposentadoria é uma necessidade, porém não um hábito do brasileiro, que tem propensão a pensar sempre no aqui e agora. A maior parte das pessoas tem muita dificuldade em lidar com a administração de suas finanças e essa dificuldade, com frequência, leva essas pessoas a evitar pensar no assunto, tornando o planejamento para o futuro ainda mais difícil.

O meu caso específico teve uma particularidade: a aposentadoria veio antes do planejado, pois ainda tenho pela frente quase dois anos de contribuição à previdência oficial para atingir o tempo de 35 anos. Entretanto, no ano passado, como parte de um amplo projeto de reestruturação interna, o Banco do Brasil, meu empregador, lançou o PEAI – Plano Especial de Aposentadoria Incentivada. Esse plano ofereceu vantagens pecuniárias para incentivar o desligamento daqueles que, até 22/12/2016,

tinham idade mínima de 50 anos, estavam aposentados pela previdência oficial ou possuíam os requisitos para tal ou para aposentadoria pela Previ. O objetivo era claro: reduzir a média salarial, com o afastamento dos mais antigos, que haviam acumulado benefícios ao longo da carreira e serão substituídos por funcionários “mais baratos”. Os valores despendidos em indenizações serão rapidamente compensados com a redução na folha de pagamento e, assim, a empresa melhora sua imagem junto aos investidores ao aproximar sua estrutura salarial à da rede privada, o que facilita uma hipotética futura privatização. O público-alvo do programa envolveu cerca de 18 mil funcionários e teve a adesão de 9,4 mil.

Bem, a hora de deixar a empresa chegou. O que fazer de agora em diante, uma vez que, aos 52 anos, não me enquadro no perfil médio do aposentado? Embora planejasse trabalhar por mais dois ou três anos ainda, tenho agora diante de mim a realidade tão sonhada pelos trabalhadores: deixar a vida laboral numa fase da vida em que o vigor físico e mental ainda permite o exercício das mais variadas atividades, tanto de trabalho quanto de lazer. Nesse momento, surge um dos grandes dilemas da aposentadoria: a perda de renda e outros benefícios indiretos. Agora tenho todo o tempo do mundo para colocar em prática desejos, sonhos e projetos que, entretanto, ficam limitados à nova realidade financeira.

Apesar de ter saído com uma boa quantia proporcionada pela indenização do programa de incentivo à aposentadoria, utilizo-me dessa reserva para complementação do valor pago pela Previ, até que, dentro de dois anos, esteja aposentado também pelo INSS, oportunidade em que a minha renda mensal deverá ser praticamente a mesma de quando estava na ativa. Assim, não posso, ou não devo, lançar mão desse recurso extraordinário para satisfazer indiscriminadamente todo e qualquer tipo de desejo. Mesmo com a recomposição salarial prevista para daqui a dois anos, existem outros benefícios que não retornarão, a exemplo de adicional de férias, licença-prêmio, décimo terceiro salário e participação nos lucros, que representavam parte considerável da minha renda anual. Quando me decidi a aderir ao programa de desligamento, levei em conta todos esses fatores e, dentro do cenário que projetei, essas perdas deverão ser compensadas com a redução de outras despesas, principalmente educação dos filhos.

Em relação às questões não financeiras, o que mais sinto falta hoje é o convívio diário com minha equipe de trabalho, o sentimento de fazer parte de um time, o status de exercer um cargo de chefia. Tenho procurado minimizar essa perda mantendo contato com meus ex-colegas de trabalho. Outras consequências comuns a muitos aposentados, principalmente aqueles em idade mais avançada, a exemplo dos sentimentos de exclusão e inutilidade, felizmente não me atingiram até o momento.

Finalmente, tenho consciência de que me aposentei em condições que não estão ao alcance da grande maioria dos trabalhadores brasileiros, situação que tende a se agravar com a reforma da previdência. Desse modo, procurarei desfrutar da melhor maneira este privilégio. De todo modo, defini que este será o meu ano sabático e, após esse período, a busca por uma atividade remunerada não está descartada, uma vez que me sinto ainda muito produtivo. Por que não?"

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser um campo relativamente incipiente da economia, a análise da identidade já mostra contribuições importantes no cenário mundial, tendo inclusive um ganhador do prêmio Nobel como um dos expoentes na área. Alguns podem achar que esse novo jeito de pensar a economia seja uma tentativa de consertar alguma falha de mercado, quando na realidade é um novo olhar sobre toda a economia, inclusive com grande importância na hora de fazer políticas corretivas.

Podem ser destacados dois principais problemas enfrentados na fase da aposentadoria: o de natureza financeira, com a queda da renda familiar e o de natureza psicológica e social, que diz respeito ao desprezo da sociedade capitalista pelos mais velhos, que geralmente estão fora da esfera produtiva. As dificuldades financeiras e esse sentimento de isolamento podem ser extremamente nocivos ao indivíduo e até comprometer essa fase da vida dele. Em linha com França (1999), a inatividade e a falta de perspectivas na fase da aposentadoria podem levar a um sentimento de depressão que pode vir a comprometer a saúde do indivíduo. Muitos aposentados apresentam durante o processo sérias doenças psicossomáticas como uma resposta a essas dificuldades enfrentadas. Muitos deles buscam o retorno ao trabalho como forma de se reinserir na esfera produtiva para recuperar o valor social atribuído a si.

A maior parte dos aposentados depende do governo ou de seus antigos empregadores para receber sua remuneração, para conseguir uma valorização desta e até pra mantê-la. Diante dessa insegurança financeira, somada à queda nas receitas, muitos aposentados precisam seguir trabalhando para manter seu padrão de vida ou mesmo para continuar sobrevivendo com dignidade. (FRANÇA, 1999)

A depender do segmento profissional do aposentado, este poderá ter grandes dificuldades para encontrar outro emprego. Muitas profissões, hoje em dia, requerem um conhecimento de tecnologia e informática muito vasto e permanentemente atualizado, o que implica na exigência de uma certa facilidade para se adaptar às mudanças. Isso pode gerar um grande obstáculo para os aposentados na concorrência

com os mais jovens e, portanto, melhor adaptados às inovações tecnológicas. Além disso, alguns serviços exigem grande força física, que costuma diminuir com a idade. Esportistas profissionais, por exemplo, costumam ter carreiras extremamente curtas devido ao grande esforço físico necessário para o sucesso em suas atribuições (RODRIGUES, 2005). Sendo assim, o caminho mais procurado pelo idoso e/ou aposentado para retornar ao trabalho de maneira a complementar sua renda ou voltar a fazer parte do círculo social produtivo tem sido o mercado informal, com menores barreiras à entrada e à saída. Propõe-se então a continuidade da investigação de maneira a sugerir soluções para reduzir essas dificuldades e a necessidade dos aposentados em voltar a trabalhar.

É preciso iniciar um processo de reflexão e discussão com a participação de todos os segmentos da sociedade que estejam envolvidos com situações relativas ao trabalho e à aposentadoria, visando a realização de pesquisas e projetos sobre a situação dos aposentados, a discussão sobre como viabilizar o pagamento de aposentadorias mais justas e ao mesmo tempo permitir a continuidade no trabalho aos aposentados que ainda queiram continuar no mercado de trabalho. (FRANÇA, 1999, p. 8)

Como resultado dessa fase da pesquisa, fica, portanto, a confirmação da grande influência de fatores diversos que vão além da teoria *mainstream*, que, ao perceber isso, vem sofrendo adaptações de forma a contemplar melhor a análise da realidade. Cada vez mais, tem sido possível incorporar à análise econômica aspectos mais subjetivos, que não se adéquam aos modelos tradicionais. Como visto na pesquisa, o aposentado soteropolitano, em média, não se preocupa com a sua aposentadoria até que ela esteja próxima e não tem o hábito de poupar parte da sua renda para quando se aposentar, o que muitas vezes pode levar a um choque de realidade quando chega o momento da aposentadoria. Benartzi (2013) traz a idéia de que o agravamento dessa situação tem como origem a grande mudança que vem ocorrendo na previdência do setor privado, dos planos de aposentadoria de benefício definido (BD) para os planos de aposentadoria de contribuição definida (CD). Ele defende ainda que, pela falta do hábito da poupança, é fundamental instituir planos de poupança vinculados à folha de pagamento, que poupam automaticamente antes que o funcionário receba de fato o dinheiro. A teoria econômica comportamental explica que o agente tende a manter o *status quo*, ou seja, dificilmente tomará o impulso de separar parte de sua renda para a poupança visando a aposentadoria, mas, se isso

for feito automaticamente, a tendência é que ele aceite sem problemas essa poupança. Um dos problemas inicialmente gerados por isso é que a taxa poupada se manteria sempre a mesma, uma vez que o agente, pelo motivo já citado, não reajustaria esse valor de acordo com as variações na renda, enquanto a inflação comprometeria parte dos seus ganhos. Como solução para isso, surge a possibilidade de reajuste automático, que poupa a taxas crescentes de acordo com aumentos na renda do usuário do plano, garantindo que a poupança dele se mantenha adequada para a aposentadoria. (BENARTZI, 2013)

Uma outra realidade percebida na pesquisa é a falta de suporte adequado do Estado aos aposentados. Meneguín e Ávila (2015) sugerem que uma das funções do Estado seria criar os incentivos corretos, através da elaboração de políticas públicas adequadas, para alcançar determinado resultado. Deve-se levar em consideração, entretanto, que o comportamento do cidadão muitas vezes não é racional, como prega a teoria tradicional. Já existe, por exemplo, um mecanismo compulsório de poupança no Brasil, o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -, que consiste na obrigação do empregador de depositar mensalmente, numa conta na Caixa Econômica Federal em nome de cada empregado, 8% do seu respectivo salário. Esse mecanismo foi pensado, inicialmente, para situações de emergência, como uma possível demissão, e possui restrições de uso, mas pode ser utilizado no momento da aposentadoria. Mesmo com a criação desse fundo - instituído em 1996 - a poupança não tem sido suficiente para suprir as necessidades dos aposentados.

A Economia Comportamental, nesse sentido, contribui com uma série de ferramentas que permitem a elaboração de políticas mais adequadas, possibilitando atingir mais facilmente - e, muitas vezes, com menores custos - o resultado esperado. O desafio do *policy maker* é justamente mexer na conduta dos agentes, de maneira a gerar um aumento na taxa de poupança, que reduziria o quadro de dificuldades financeiras enfrentadas na aposentadoria. Mecanismos como subsídio a poupança para a aposentadoria, por exemplo, funcionariam como incentivo dado pelo estado a uma mudança de comportamento - que seria passar a poupar uma parte da renda - e, portanto, mesmo que esse incentivo fosse retirado posteriormente, a mudança na conduta dos agentes garantiria a manutenção de uma taxa de poupança maior. Políticas como essa seriam mais eficientes do que uma poupança compulsória, como é

o FGTS. Além disso, a teoria comportamental diz que os agentes tendem a repetir o comportamento percebido no ambiente em que ele está inserido. Portanto, incentivos que gerem um aumento na taxa de poupança podem criar um efeito cadeia e trazer resultados ainda melhores para as políticas. No *policy making* brasileiro, a teoria comportamental ainda é subutilizada, apesar das grandes contribuições que tem a oferecer. (MENEGUIN; ÁVILA, 2015)

REFERÊNCIAS

- AKERLOF, George A.; SHILLER, Robert J. **O espírito animal**: como a psicologia humana impulsiona a economia e sua importância para o capitalismo global. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2009.
- AKERLOF, George. A; KRANTON, Rachel. Economics and identity. **The Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 115, n. 3, p. 715–753, 2010.
- AUGUSTO, André Guimarães. **Racionalidade e Atomismo na escola Neoclássica**. Disponível em:<<http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/27T.pdf>> Acesso em: Set, 2016.
- BAUMAN, Z. **Identidade**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BELÉM, Mário Jorge. **As significações do bem estar subjetivo e seus possíveis efeitos psicossociais sobre aposentandos e aposentados, membros do programa vida-ativa**. 2008. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gerontologia) – Faculdade de Educação Física – UFAM, Manaus, 2008.
- BENARTZI S., THALER R. H. Behavioral economics and the retirement savings crisis. **Science Magazine**, v. 339, p. 1152–1153, 2013.
- BENDASSOLLI, Pedro *et al.*, Aposentar-se ou continuar trabalhando? O que influencia essa decisão? **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 3, n. 33, ago. 2013.
- BEVERLEY, J. **Testimonio, Subalternity, and Narrative Authority, in A Companion to Latin American Literature and Culture**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd. UK, 2008.
- BRUNS, Maria Alves de Toledo; ABREU, Antônio Suarez. O envelhecimento: Encantos e desencantos da aposentadoria. **Revista da Associação Brasileira de Orçamento Público**, Porto Alegre, v.1, n. 1, p. 5-33, jun. 1997.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERBASI, Gustavo. **Adeus, aposentadoria**: como garantir seu futuro sem depender dos outros. São Paulo: Sextante/Gmt, 2014.

CHETTY, Raj. Behavioral Economics and Public Policy: A Pragmatic Perspective. **American Economic Review**, Pittsburgh, v. 105, n. 5, May 2015.

COCKELL, Fernanda. Idosos aposentados no mercado de trabalho informal: trajetórias ocupacionais na construção civil. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 461-471. 2014.

CODO, Wanderley; SAMPAIO, José Jackson Coelho; HITOMI, Alberto Haruyoshi. **Indivíduo, trabalho e sofrimento**: uma abordagem interdisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1993.

FERREIRA, Vera Rita de Melo. **Psicologia Econômica**: Estudo do comportamento econômico e da tomada de decisão. São Paulo: Évora, 2008.

FERREIRA, Vera Rita de Melo. **A Cabeça do Investidor**: Conhecendo Suas Emoções Para Investir Melhor. São Paulo: Évora, 2011.

FERREIRA, Vera Rita de Melo. **Decisões Econômicas**: Você Já Parou Para Pensar? 2.ed. São Paulo: Évora, 2011.

FONTOURA, Daniele dos Santos; DOLL, Johannes; OLIVEIRA, Saulo Neves de. The Challenge of Retiring in the Contemporary World. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, nº 1, p. 53-79, Março de 2015.

FRANÇA, Lúcia Helena. Preparação para aposentadoria: desafios a enfrentar. In: VERAS, Renato. **Terceira idade**: alternativas para uma sociedade em transição. Rio de Janeiro: Releme Dumará, 1999. p. 11-34.

FRANÇA, Lúcia Helena. **Quando o entardecer chega... o envelhecimento ainda surpreende muitos**. Bahia: UFLA, 2003. Disponível em:<<http://www.ufla.br/imprensa/not2003/mar/24.htm>> Acesso em: Maio, 2016.

FRIEDMAN, Milton. The methodology of positive economics. In: FRIEDMAN, Milton. **Essays in positive economics**. Chicago: The University of Chicago Press, 1953.

GIGLIO, Ernesto. **O comportamento do consumidor e a gerência de marketing**. São Paulo: Pioneira, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE. **Perfil dos Idosos responsáveis por domicílios no Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: Maio, 2016.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD**. Bahia: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: Setembro, 2016.

INSS. **Anuário Estatístico da Previdência Social: AEPS**. Brasília: INSS, 2015. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br>> Acesso em: Dezembro, 2016.

LIMA, Murillo V. Um estudo sobre finanças comportamentais. **RAE electron**, São Paulo, v. 2, n. 1, Jun. 2003.

MEDEIROS, Janine; CRUZ, Cassiana. Comportamento do consumidor: fatores que influenciam no processo de decisão de compra dos consumidores. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 14, n. esp., p.167-190, 2006.

MENEGUIN, Fernando B.; ÁVILA, Flávia. A economia comportamental aplicada a políticas públicas. In: BIANCHI, Ana Maria; ÁVILA, Flávia. **Guia de Economia Comportamental e Experimental**. São Paulo: EconomiaComportamental.org. Disponível em <www.economiacomportamental.org> Acesso em: Fev, 2017.

MENEZES, Gustavo; FRANÇA, Lúcia Helena; SIQUEIRA, Andréia. Planejamento para aposentadoria: a visão dos garis. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, dez. 2012.

MOSCA, Aquiles. **Finanças comportamentais**. São Paulo: Editora Elsevier, 2008. 160p.

RODRIGUES, Milena *et al.* A preparação para a aposentadoria: o papel do psicólogo frente a essa questão. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 6, n. 1, jun. 2005.

SANTOS, Aline Silva. **A influência das variáveis psicológicas e econômicas no comportamento de consumo dos soteropolitanos: uma avaliação através do modelo de Van Raaij.** 2013. 91 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas – UFBA, Salvador, 2013.

SIMON, Herbert. **Comportamento Administrativo.** São Paulo: Editora FGV, 1965.

STEINGRABER, Ronivaldo; FERNANDEZ, Ramon. A racionalidade limitada de Herbert Simon na Microeconomia. **Revista Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 34, p. 123-162, Fev. 2013.

TRINDADE, Larissa de Lima; BRUTTI RIGHI, Marcelo; MENDES VIEIRA, Kelmara. De onde vem o endividamento feminino? Construção e validação de um modelo PLS-PM. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, Set.-Dez. 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2006.

VIANNA, Jaqueline Abreu; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Questões sobre a identidade e a socialidade no trabalho informacional mediado pelas tecnologias da informação e da comunicação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10, 2009, João Pessoa. **Anais.** João Pessoa: UFPB, 2009.

VIEIRA, C. A.; MARIN, S. R.; ROHENKOHL, J. E. Indivíduo vebleniano e neoclássico: uma comparação. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 9, 2015, Chapecó. **Anais.** Chapecó: UNOCHAPECÓ, 2015.

ZINDEL, Márcia Longen. Finanças comportamentais: tomada de decisão e Psicologia Econômica. **Revista Administração de Empresas**, São Paulo, v. 55, n. 1, Jan.-Fev. 2015.

APÊNDICES

Apêndice A - SEÇÃO 1 DO QUESTIONÁRIO - INFORMAÇÕES BÁSICAS

Seção 1 de 4

-APOSENTADOS SOTEROPOLITANOS E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS NA TRANSIÇÃO: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA IDENTIDADE

Este questionário busca obter informações acerca da situação dos aposentados de Salvador, constatando as dificuldades enfrentadas por este nicho da sociedade, suas origens e suas possíveis soluções. Para tal, foram utilizadas as perspectivas de novas áreas da Economia como a Psicologia Econômica, as Finanças Comportamentais e a Economia das Identidades.

Qual a sua idade? *

Texto de resposta curta

Nível de renda: *

- Até 1 salário mínimo
- Entre 1 e 3 salários mínimos
- Entre 3 e 5 salários mínimos
- Acima de 5 salários mínimos

Nível de escolaridade: *

- 1º grau incompleto
- 1º grau completo
- 2º grau incompleto
- 2º grau completo
- Nível superior incompleto
- Nível superior completo
- Pós-graduação

Apêndice B – SEÇÃO 2 DO QUESTIONÁRIO - ASPECTO FINANCEIRO**Aspecto financeiro**

Como o(a) Sr.(Sra.) julga a sua situação financeira? *

- Difícil
- Regular
- Aceitável
- Confortável

O Sr.(Sra.) possui conhecimento na área das finanças? *

- Sim.
- Não

Durante a sua vida profissional, o Sr.(Sra.) manteve algum tipo de poupança visando a aposentadoria? *

- Sim. A empresa onde eu trabalhava oferece planos de previdência privada.
- Sim. Apesar de não ter plano de previdência privada, sempre poupei parte da minha renda.
- Sim. Apenas quando sobrava algum dinheiro no fim do mês.
- Não. Apesar de reconhecer a importância de poupar, dificilmente sobrava dinheiro.
- Não. Nunca me preocupei com isso.
- Não. Quanto mais eu ganhava, mais eu gastava, sempre comprometendo a totalidade da minha renda.

Na sua opinião, a partir de quando um profissional deve começar a se preocupar com a sua aposentadoria? *

- Desde o momento de entrada no mercado de trabalho. É preciso planejar desde cedo.
- Apenas a partir do momento em que ele se aposenta, de fato.
- Entre 40 e 50 anos, quando percebemos que a aposentadoria está chegando.
- Ao atingir um nível de renda considerável que possibilite poupança de uma parcela.

Aspecto financeiro

O Sr.(Sra.) acredita que um maior conhecimento na área financeira possibilita uma aposentadoria mais tranquila? *

Sim.

Não.

Após a sua aposentadoria, o Sr.(Sra.) já desenvolveu alguma atividade profissional visando aumentar a sua renda? *

Sim

Não

Apêndice C - SEÇÃO 3 DO QUESTIONÁRIO - ASPECTO SOCIAL**Aspecto social**

Para as afirmações a seguir, deve-se responder baseado no nível de concordância com as proposições dadas, numa escala de "Discordo completamente" até "Concordo completamente".

O meu trabalho me representa como indivíduo social, ou seja, a maneira como a sociedade me percebe é muito influenciada pelo meu trabalho. *

- Discordo plenamente
- Discordo parcialmente
- Não tenho opinião formada
- Concordo parcialmente
- Concordo plenamente

A sociedade tende a valorizar mais alguém que ainda está no emprego em detrimento de um aposentado. *

- Discordo plenamente
- Discordo parcialmente
- Não tenho opinião formada
- Concordo parcialmente
- Concordo plenamente

O Estado fornece um suporte adequado aos aposentados. *

- Discordo plenamente
- Discordo parcialmente
- Não tenho opinião formada
- Concordo parcialmente
- Concordo plenamente

Se manter trabalhando é uma maneira de continuar inserido na sociedade. *

- Discordo plenamente
- Discordo parcialmente
- Não tenho opinião formada
- Concordo parcialmente
- Concordo plenamente

Apêndice D - Seção 4 do questionário - Dificuldades enfrentadas na aposentadoria

Dificuldades enfrentadas na aposentadoria

Qual seria, hoje, a sua principal motivação para retornar ao trabalho? *

- Aumentar a minha renda.
- Manter a mente ativa/evitar a acomodação.
- Ajudar financeiramente meus familiares.
- Evitar o isolamento social trazido pela aposentadoria.

Qual o Sr.(Sra.) considera o maior problema enfrentado na fase de aposentadoria? *

- Dificuldades financeiras decorrentes de uma queda na renda.
- Isolamento e sentimento de inutilidade que podem levar à depressão.
- Perda da convivência com os colegas de trabalho.
- Falta de atividades para o tempo livre, o que pode trazer grande angústia.
- Preconceitos sofridos relacionados a não trabalhar, com rótulos como "desocupado".

Na sua opinião, quais seriam as melhores maneiras para reduzir o quadro de dificuldades enfrentadas pelos aposentados no Brasil? *

- Políticas públicas mais adequadas, levando em conta as características e necessidades dos aposentados.
- Um maior investimento em educação financeira, o que ajudaria a conscientizar sobre a importância da poupança e do planejamento para a aposentadoria.
- Mais atividades sociais voltadas para os aposentados, como atividades físicas em grupo.
- Política de conscientização da sociedade acerca do papel do aposentado, das suas dificuldades, etc.

Apêndice E – Testemunho do aposentado A.V.S.R

"A aposentadoria é um momento que exige uma reflexão sobre o que fazer e que novas rotinas criar. São muitos os questionamentos e o desejo de encontrar alternativas ocupa boa parte do pensamento. Este momento chegará para quase todos os trabalhadores e enfrentar a mudança de vida gera uma série de sentimentos que devem ser analisados. São desejos, medos, preocupações financeiras e tantos outros pensamentos que precisam ser resolvidos dentro de uma nova realidade. O momento de transição é difícil para a maioria das pessoas. São muitas expectativas e muitos medos. A possibilidade de não obter um rendimento que mantenha o padrão de vida é real. É uma reflexão fundamental e, via de regra, angustiante.

Preparar-se para a aposentadoria é uma necessidade, porém não um hábito do brasileiro, que tem propensão a pensar sempre no aqui e agora. A maior parte das pessoas tem muita dificuldade em lidar com a administração de suas finanças e essa dificuldade, com frequência, leva essas pessoas a evitar pensar no assunto, tornando o planejamento para o futuro ainda mais difícil.

O meu caso específico teve uma particularidade: a aposentadoria veio antes do planejado, pois ainda tenho pela frente quase dois anos de contribuição à previdência oficial para atingir o tempo de 35 anos. Entretanto, no ano passado, como parte de um amplo projeto de reestruturação interna, o Banco do Brasil, meu empregador, lançou o PEAI – Plano Especial de Aposentadoria Incentivada. Esse plano ofereceu vantagens pecuniárias para incentivar o desligamento daqueles que, até 22/12/2016, tinham idade mínima de 50 anos, estavam aposentados pela previdência oficial ou possuíam os requisitos para tal ou para aposentadoria pela Previ. O objetivo era claro: reduzir a média salarial, com o afastamento dos mais antigos, que haviam acumulado benefícios ao longo da carreira e serão substituídos por funcionários “mais baratos”. Os valores despendidos em indenizações serão rapidamente compensados com a redução na folha de pagamento e, assim, a empresa melhora sua imagem junto aos investidores ao aproximar sua estrutura salarial à da rede privada, o que facilita uma hipotética futura privatização. O público-alvo do programa envolveu cerca de 18 mil funcionários e teve a adesão de 9,4 mil.

Bem, a hora de deixar a empresa chegou. O que fazer de agora em diante, uma vez que, aos 52 anos, não me enquadro no perfil médio do aposentado? Embora planejasse trabalhar por mais dois ou três anos ainda, tenho agora diante de mim a realidade tão sonhada pelos trabalhadores: deixar a vida laboral numa fase da vida em que o vigor físico e mental ainda permite o exercício das mais variadas atividades, tanto de trabalho quanto de lazer. Nesse momento, surge um dos grandes dilemas da aposentadoria: a perda de renda e outros benefícios indiretos. Agora tenho todo o tempo do mundo para colocar em prática desejos, sonhos e projetos que, entretanto, ficam limitados à nova realidade financeira.

Apesar de ter saído com uma boa quantia proporcionada pela indenização do programa de incentivo à aposentadoria, utilizo-me dessa reserva para complementação do valor pago pela Previ, até que, dentro de dois anos, esteja aposentado também pelo INSS, oportunidade em que a minha renda mensal deverá ser praticamente a mesma de quando estava na ativa. Assim, não posso, ou não devo, lançar mão desse recurso extraordinário para satisfazer indiscriminadamente todo e qualquer tipo de desejo. Mesmo com a recomposição salarial prevista para daqui a dois anos, existem outros benefícios que não retornarão, a exemplo de adicional de férias, licença-prêmio, décimo terceiro salário e participação nos lucros, que representavam parte considerável da minha renda anual. Quando me decidi a aderir ao programa de desligamento, levei em conta todos esses fatores e, dentro do cenário que projetei, essas perdas deverão ser compensadas com a redução de outras despesas, principalmente educação dos filhos.

Em relação às questões não financeiras, o que mais sinto falta hoje é o convívio diário com minha equipe de trabalho, o sentimento de fazer parte de um time, o status de exercer um cargo de chefia. Tenho procurado minimizar essa perda mantendo contato com meus ex-colegas de trabalho. Outras consequências comuns a muitos aposentados, principalmente aqueles em idade mais avançada, a exemplo dos sentimentos de exclusão e inutilidade, felizmente não me atingiram até o momento.

Finalmente, tenho consciência de que me aposentei em condições que não estão ao alcance da grande maioria dos trabalhadores brasileiros, situação que tende a se agravar com a reforma da previdência. Desse modo, procurarei desfrutar da melhor

maneira este privilégio. De todo modo, defini que este será o meu ano sabático e, após esse período, a busca por uma atividade remunerada não está descartada, uma vez que me sinto ainda muito produtivo. Por que não?"